

Fevereiro

- [14]** **Psicoterapia e Orientação Familiar: Curso de Especialização para Profissionais da Saúde.** Informações: (11) 2114-8765. Local: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Rua Maria Borba, 40. E-mail: processosseletivo.pos@mackenzie.br. Site: www.mackenzie.br/7203.html
- [18]** **VI Curso de Extensão e II Curso De Especialização em Psicologia Hospitalar.** Informações: (11) 3053-6611. Local: Hospital Do Coração. Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 147 - 2º Andar. E-mail: espssico@hcor.com.br. Site: www.hcor.com.br
- [28]** **Curso de Formação em Psicanálise e Especialização em Psicossomática** Informações: (12) 3921-5023 / 3018-3177. Local: Centro de Investigação em Psicanálise e Psicossomática. Rua: Ribeirão Claro, 80, São José dos Campos. E-mail: cinpp@bol.com.br. Site: www.cinpp.com.br
- [29]** **Debate: "O Traumático na Contemporaneidade".** Informações: (11) 3864-2330 / 3865-0017. Local: Centro de Estudos Psicanalíticos. R. Almirante Pereira Guimaraes, 378. E-mail: cep@centropsicanalise.com.br. Site: www.centropsicanalise.com.br

Março

- [3]** **Cursos de Extensão e Especialização nas áreas de Psicologia Hospitalar, Neuropsicologia, Distúrbios alimentares e Obesidade, Psicologia do Envelhecimento.**

Inscrições até 14/02/2008
Informações: tel. (011) 3069.6459
ou e-mail: dipichc@hcnet.usp.br.
Site: www.cepsic.org.br

- [7]** **Especialização Teoria, Pesquisa e Intervenção em Luto.** Informações: (11) 3891-2576 / 3891-0852 Local: 4 Estações Instituto de Psicologia. Rua Caçapava, 130. E-mail: info@4estacoes.com. Site: www.4estacoes.com
- [7]** **Especialização em Distúrbios Alimentares e Obesidade.** Informações: (11) 3069-6188 / 3069-6459. Local: Divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas da FMUSP. Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 155 - Térreo. -Email: dipichc@hcnet.usp.br. Site: www.cepsic.org.br
- [14]** **Psicologia do Envelhecimento.** Informações: (11) 3069-6188 / 3069-6459. Local: Divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas da FMUSP. Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 155 - Térreo. - Email: dipichc@hcnet.usp.br. Site: www.cepsic.org.br

Abril

- [11]** **Simpósio Latino-Americano - A Psicanálise nas Tramas da Cidade.** Informações: (11) 2125-3777. Local: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Av. Dr. Cardoso de Melo, 1450/9º - Sala D. E-mail: secretaria@sbpsp.org.br. Site: www.sbpsp.org.br
- [13]** **Clínica Psicanalítica Conflito e Sintoma - Curso de aperfeiçoamento.** Incrições até dia 4 de março no Sedes Sapientae. Informações: www.sedes.org.br

Maio

- [22]** **II Congresso Brasil/Latino-América De Psicoterapias Corporais.** Informações: (41) 3263-4895. Local: Foz Do Iguaçu, Hotel Carimã. E-mail: centroeichiano@centroeichiano.com.br. Site: www.centroeichiano.com.br

Julho

- [5]** **V Encontro Internacional da If-Epfcl - "Os Tempos do Sujeito do Inconsciente: A Psicanálise no seu Tempo e o Tempo na Psicanálise".** Informações: (11) 6137-8351 / 3567-7556. Local: Universidade Paulista. Rua Vergueiro, 1211, São Paulo. E-mail: biadivulga@uol.com.br. Site: www.vencontro-ifepfcl.com.br
- [9]** **II Fórum Paulista da Abordagem Centrada na Pessoa.** Informações: (11) 5572-7513 / 5084-6163. Local: Villa Vitta - Hotel Spa & Convention (www.villavittahotel.com.br) Rod. Sp 191 - Km 112 - São Pedro. E-mail: forum@apacp.org. Site: www.apacp.org/forum paulista.htm

Abril 2009

- [27 a 5 de maio de 2009]**
XII Congresso Mundial de Saúde Pública. Local: Istambul - Turquia. Outras informações: www.worldpublichealth2009.org/

Outubro 2009

- [27 a 31]** **XXV Congresso Mundial de Prevenção do Suicídio.** Local: Montevideu - Uruguai. Outras informações: www.iasp2009.org/

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 154 • novembro | dezembro 2007



II Congresso da ULAPSI

Compromisso social da
Psicologia latino-americana

Editorial

Conversando com o Psicólogo

Conselho Regional de São Paulo inaugura primeira Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - PSI

Formação

VI Encontro Nacional da ABEP abordou a docência na Psicologia

Políticas Públicas

Plano Nacional e os programas municipais transformam a realidade de crianças e adolescentes que vivem em abrigos

Ciência e Profissão

Psicólogos podem integrar equipes em processos de identificação de torturas

Orientação

Todos os estabelecimentos de saúde precisam ter cadastro no CNES

Um Mundo Melhor é Possível

Justiça restaurativa aposta no diálogo para a solução de conflitos

Seção Aberta

Projeto do compromisso social da Psicologia latino-americana é selado no II Congresso da ULAPSI

Interior

Bauru comemora os 20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios

Questões Éticas

Grupo de trabalho do psicólogo judiciário pretende orientar profissionais

Opinião

A primeira licença compulsória de medicamento para HIV/AIDS no Brasil

Estante

Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureiro | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Silvia Rotondano Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lillian Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif

Membros | Sueli Ferreira Schiavo, Oliver Zancul Prado, Lumena Teixeira, José Roberto Heloani, Sílvia Maria do Nascimento

Edição e textos AIPY Imprensa & Design
(11) 3487 2092

Jornalista Responsável Luís H R Carrijo (MTB 17296)

Colaboração Ana Paula Kuntz e Cristiana Vieira

Projeto gráfico e editoração Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações Juliana Migueletto

Imagem da capa e do editorial

Produção coletiva do Salão de Mayo, Havana, 1970

Impressão Impres Companhia Brasileira de Impressão e Propaganda

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“Embora já estivesse garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente, a convivência familiar e comunitária tem sido um dos direitos mais violados por nossa sociedade,”

Mariza Tardelli

“A justiça restaurativa vai além do ponto de vista factual. A idéia é colocar a vítima, e não o ofensor, no centro da questão, procurando compreender que consequências o ato infracional representara para ela”

Mônica Rosa Melo

“Queremos uma Psicologia que seja construída a partir da contribuição de todos os países da América Latina e que diga respeito à realidade de nossos países, atendendo às necessidades e urgências que temos”

Ana Bock

“Por conta desse movimento de 20 anos atrás, numa cidade pequena do interior paulista, milhares de pessoas hoje estão livres dos manicômios”

Marcus Vinícius de Oliveira.

Olhar para o compromisso social

O ano de 2007 foi particularmente positivo para a Psicologia. Ano em que ocorreu uma intensa agenda que consolidou lutas, reafirmou idéias, norteou a profissão na direção da inclusão, da defesa dos direitos humanos, da construção de estratégias para a inserção de psicólogos nas políticas públicas, do fazer a Psicologia para uma América Latina.

Este projeto coletivo de construção da Psicologia tem sua continuidade com a eleição de nova Plenária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo para o próximo triênio. Trata-se de um grupo de psicólogos que assumiu o compromisso de ampliar a presença da Psicologia no contexto social, de forma a garantir que seja uma profissão reconhecida pela sociedade pelo seu compromisso ético-político. Nosso propósito é cuidar da profissão, respondendo às demandas sociais e lutando por uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual.

O último semestre foi marcado também pelo fortalecimento dos laços da Psicologia brasileira com a Psicologia latino-americana, por meio do II Encontro da ULAPSI, realizado em setembro, em Cuba. Percebeu-se, ali, com mais clareza, um mo-

vimento pela valorização das pesquisas de profissionais comprometidos com a realidade social dos diversos países do continente e da busca de estratégias comuns para ampliar a divulgação da realidade latino-americana, dos conhecimentos produzidos pela Psicologia e pelo estreitamento dos laços profissionais.

Neste ano, também completou 10 anos a Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-Psi), importante instrumento de interatividade da produção acadêmica. Esta ferramenta desenvolvida por psicólogos, técnicos e bibliotecárias vem se consolidando e ampliando sua presença nos países latino-americanos. Inauguramos na sede do CRP 06 uma Estação da BVS-PSI, que possibilita ao psicólogo acessar todas as informações disponíveis em suas bases de pesquisa.

Finalizando o ano de 2007, pudemos celebrar na cidade de Bauru, os 20 anos do Movimento de Luta Antimanicomial. Este movimento que teve início com pouco mais de 250 trabalhadores de saúde mental indignados com o desumano tratamento aos portadores de distúrbios mentais, reuniu, nesse encontro, mais de duas mil pessoas. Psicólogos, profissionais afins e usuários participaram do evento e expu-

seram metodologias de tratamento inclusivas e socializantes da rede substitutiva e reunificaram os discursos pela desativação dos leitos psiquiátricos. Foram quatro dias para ficar na história da Psicologia e do CRP 06, um dos Conselhos Regionais que mais apóia essa luta.

É esse mesmo Conselho que organiza grupos de trabalho, promove encontros para orientar profissionais em campos que geram muitas dúvidas e conflitos, como é o caso do psicólogo judiciário. Além disso, pudemos articular importantes ações no CREPOP - Centro de Referência em Políticas Públicas, que vem desempenhando importante papel na identificação de áreas e políticas públicas nas quais os psicólogos podem intervir, consolidando seu papel na atuação profissional em campos de interesse social, por meio de suas pesquisas sobre a atuação em várias áreas, além de consultas públicas.

Essas e outras realizações alimentam o ânimo da nova gestão do CRP 06 que começa o ano de 2008 com a perspectiva de consolidar ainda mais os projetos de uma Psicologia com compromisso social, na busca de referências para a atuação profissional. Feliz 2008 para todos nós! •



Conselho Regional de São Paulo inaugura primeira **Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - PSI**

O Centro de Orientação disponibiliza terminal de acesso à internet e ensina como os usuários podem tirar o melhor proveito de suas pesquisas para localizar informações de caráter científico em Psicologia

A partir da constatação da necessidade de integrar o colegiado de psicólogos do país e de democratizar o acesso à informação, o Conselho Federal de Psicologia e o Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP uniram-se para implantar um sistema que democra-

tiza o acesso dos psicólogos às produções científicas: a Estação da Biblioteca Virtual em Saúde - PSI. A Biblioteca concentra de forma organizada produções científicas da Psicologia no país e que estão disponibilizadas para a internet. A implantação teve importante colaboração do Ministério da Saúde.

Inaugurada uma semana antes do Dia do Psicólogo, em 27 de agosto, a Estação da Biblioteca Virtual em Saúde-PSI (BVS-Psicologia), foi instalada na sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A inauguração da estação não apenas comemorou a data que homenageia a categoria dos psicólogos, como representou a concretização de anos de trabalhos e articulações políticas, tendo como representante do Sistema Conselhos o Conselho Federal de Psicologia. "É a realização de um sonho nascido na década de 1990", diz a ex-conselheira Chica Hatakeyama Guimarães. "A Estação foi criada para facilitar o contato do profissional com a produção do conhecimento científico, tendo em vista uma melhor qualificação dos profissionais de Psicologia e de outras áreas da saúde." É importante lembrar que qualquer interessado poderá acessar a Biblioteca, a partir de um terminal de informática, de sua residência, trabalho ou escola.

A Estação, esclarece Chica, funciona como um centro de orientação ao usuário. Ali, todas as pessoas interessadas em ter acesso ao acervo da Biblioteca recebem instruções de como encontrar o material pesquisado, como interagir com o sistema e como tirar o melhor de suas consultas. Em setembro, o site da BVS-PSI recebeu cerca de 10 mil visitantes, que acessaram quase 10 mil páginas.

Uma das bases de dados da BVS-Psi é o Index Psi TCC. Como a maioria do público faz parte de comunidades acadêmicas, a base de dados acessível no meio eletrônico inclui principalmente publicações de cunho científico, sendo que grande parte do conteúdo é trabalho de conclusão de curso (TCC). "Nessa base de dados, a inclusão é criteriosa, pois só entram para o banco de dados os trabalhos inscritos no Prêmio Silvia Lane da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia (ABEP)", explica André Serradas, vice-coordenador da BVS. Os trabalhos dos cursos de especialização credenciados junto ao Conselho também estão disponíveis com texto completo na base Index Psi Monografias. O psicólogo encontrará também mais de 50 títulos de revistas científicas com texto completo e acesso gratui-

to. Além de pesquisar a literatura científica, o usuário poderá participar de fóruns de discussão e consultar a legislação estadual e municipal.

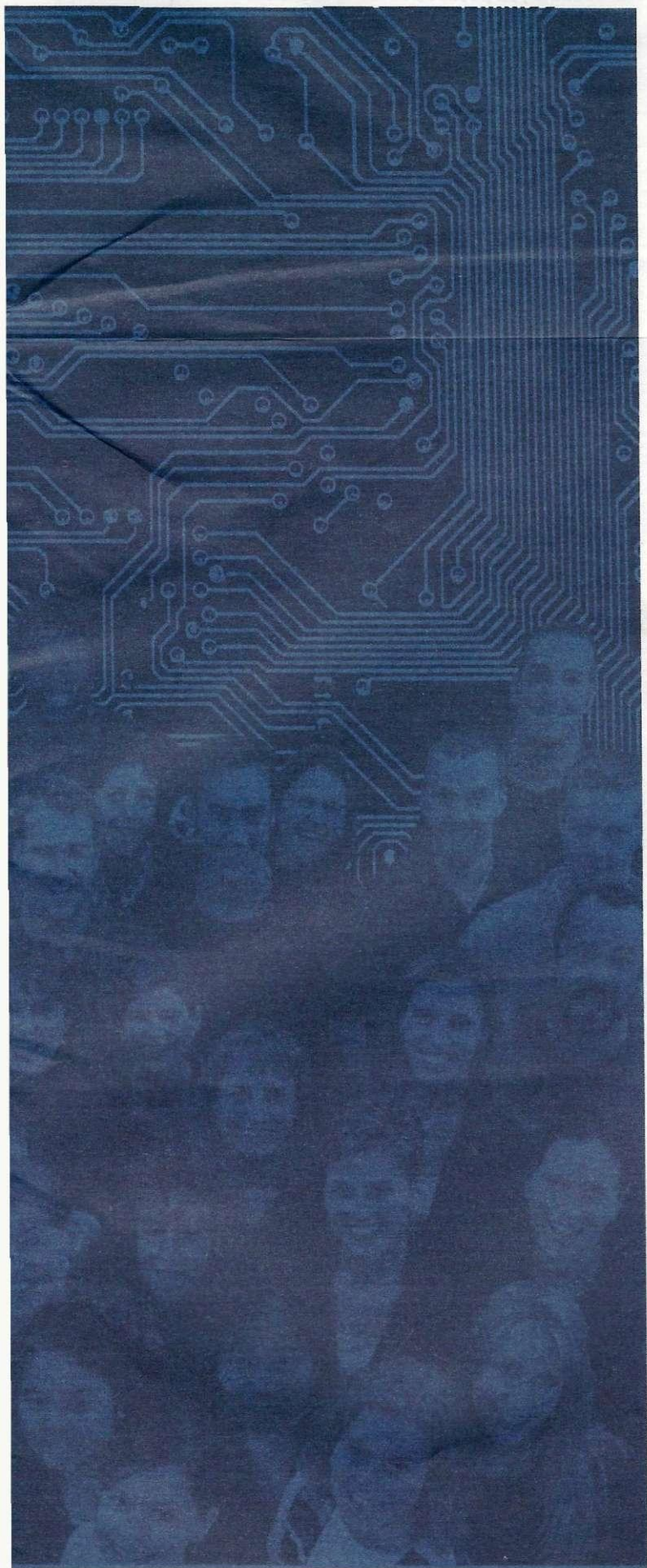
Os textos mais antigos, que não possuem versão eletrônica, também estão disponíveis. Nestes casos, porém, o usuário que fizer a solicitação pelo sistema arcará com as despesas com cópias e tarifa do correio. É um serviço adicional, mas o acesso à informação, ressaltava Chica, é totalmente gratuito. Além de pesquisar a literatura científica, o usuário poderá participar de fóruns de discussão e consultar a legislação estadual e municipal.

A expectativa é que, em 2008, esta experiência, pioneira no Brasil, sirva como exemplo para outros Conselhos Regionais, para que seja possível compartilhar o conhecimento científico de todas as regiões brasileiras, como também estrangeiras. Na Colômbia, por exemplo, já existe uma BVS de Psicologia. "Com a expansão do modelo para os demais países membros da União Latino Americana de Psicologia (ULAPSI), haveria uma integração muito mais ampla e rica cientificamente", diz Chica Guimarães.

O passo seguinte é produzir um mapeamento. Pretende-se incluir na Biblioteca Virtual uma pesquisa detalhada sobre as práticas profissionais dos psicólogos do Brasil. "O estudo apontaria quais áreas de atuação estão em alta, quais estão em baixa, quais são os perfis dos psicólogos, que oportunidades estão sendo oferecidas no mercado de trabalho. Ademais, possibilitaria o compartilhamento das experiências do dia-a-dia, fazendo do espaço virtual um grande ponto de encontro da classe", diz Serradas.

A Biblioteca serve também como uma ferramenta de atualização profissional constante, tendo em vista as exigências éticas do exercício profissional do psicólogo, por ser uma das vias pelas quais se pode obter informações atualizadas para oferecer um trabalho qualificado teórico e técnico. "Temos muito orgulho pelo fato de o CRP SP ter sido o local escolhido para inaugurar a primeira Estação. Consideramos importante a escolha na medida em que somos o Conselho Regional que congrega quase um terço do total de psicólogos brasileiros", diz Chica Guimarães.

A estação, que pode ser utilizada por qualquer pessoa, mesmo que não atue na área da Psicologia, fica na rua Arruda Alvim, 89, próxima à estação Clínicas do Metrô. O endereço do site é www.bvs-psi.org.br . ●



Atividades intensas no VI Encontro Nacional da ABEP

Com programação diversificada, associação recebe 500 participantes

A cidade de Belo Horizonte se transformou em um pólo de discussão sobre as principais questões da relação ensino-docência e o exercício profissional da Psicologia. Foi o VI Encontro Nacional da ABEP (Associação Brasileira de Ensino da Psicologia), realizado entre 6 e 9 de setembro, tempo curto para atividades tão intensas. “Foi um encontro muito rico”, resumiu a conselheira Adriana Eiko Matsumoto.

O VI Encontro Nacional da ABEP foi um trabalho que contou com a participação das entidades da Psicologia brasileira, com direito a representantes oficiais que colocaram a interface das novas atuações do psicólogo. Realizou debates e ações concretas, trazendo questões para ampliar a formação de um profissional comprometido e qualificado.

Cerca de 200 estudantes, 130 profissionais e 18 instituições tiveram acesso a uma rica e diversificada programação: conferências, mesas-redondas, sessões de comunicação oral e de pôsteres, além de simpósios, seminários, reuniões, plenárias e grupos de trabalho (GTs). “Todos esses espaços deram abertura para debates sobre a realidade da Psicologia no Brasil”, observou Adriana.

No total, cerca de 500 pessoas participaram das discussões apontando caminhos para os mais diversos assuntos ligados à Psicologia. Entre os destaques, o seminário sobre os “Cenários de futuro para a Psicologia brasileira”, que constou de um conjunto de mesas-redondas compostas por representantes de diversas entidades nacionais da Psicologia brasileira em que foram abordadas perspectivas para o exercício profissional, suas rela-

ções com a aprendizagem, a sociedade, a atual conjuntura e os desafios. No conjunto, o evento discutiu o que pode ser feito em benefício do ensino, da aprendizagem e da formação para o exercício profissional da Psicologia. Temas de igual importância, como as questões do cotidiano do docente também foram abordados e “problematizados” no evento.

Cada participante soube da importância e da dimensão que o VI Encontro trouxe. Foi um acontecimento que reuniu os 33 Núcleos Regionais da ABEP, atraiu pessoas do país inteiro e mostrou que a mobilização e o diálogo podem produzir efeitos práticos consideráveis, inclusive na interlocução com o governo. Exemplo nesta direção foi a presença do Prof. Dilvo Ilvo Ristoff, diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Ele realizou a conferência de abertura do Encontro e estabeleceu, durante o evento, as bases para a parceria INEP, ABEP e CFP para o seminário “Os Processos Avaliativos do MEC e o Ensino e Formação nos Cursos de Psicologia”, que ocorreu entre 11 a 13 de dezembro, em Brasília.

O evento demonstrou a força existente na articulação de pessoas que comungam dos mesmos princípios democráticos na

formação, na docência e no exercício profissional da Psicologia.

Nessa edição do evento, a ABEP recebeu maior número de trabalhos do que em anos anteriores, o que mostra que a entidade se fortaleceu, abriu espaço e avançou, colaborando na promoção de melhorias nos processos formativos. Vários núcleos foram criados, o que fez ampliar a organização, fortalecendo as universidades e as lideranças locais, respeitando as necessidades de cada região. Hoje há mais discussões, as pessoas estão articuladas e dispostas a mapear a realidade, criticá-la e pensar mudanças.

Com oito anos de atividade e na luta para mudar a realidade da formação do psicólogo, permitindo a reflexão coletiva sobre o conhecimento aplicado e aprimorando o ensino dos futuros profissionais, a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia conquista cada vez mais o respeito de todos os profissionais e estudantes do Brasil. ●

Eleita nova diretoria da ABEP

O VII Encontro foi marcado também pela posse da nova diretoria da entidade. A chapa “Cuidar do Ensino e da Formação” eleita para o biênio 2007/2009 é integrada por Roberta Gurgel Azzi (presidente), Mônica Lima de Jesus, Liliانا Santos, Sylvia Helena Souza da Silva Batista, Julio Schruber Junior, Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni, Dreyf de Assis Gonçalves, Tatiana Saldanha Oliveira, Eliana Vianna Soares, Daniela Cunha Lopes, Silvana Carneiro Maciel e Maria de Fátima Lobo Boschi.

Carta Aberta em defesa da Psicologia no Ensino Médio

No VI Encontro Nacional do ABEP, a entidade, junto com o CRP SP e o sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, lançou uma carta de abertura à sociedade pedindo a retomada do ensino da Psicologia no Ensino Médio. Leia texto abaixo.

"Urge a retomada do ensino de Psicologia no Ensino Médio! Dos estudantes brasileiros tem sido, ao longo do tempo, diminuída a possibilidade de compreender o mundo a partir das lentes de grande parte dos conhecimentos oriundos das ciências humanas, em favor de uma formação mais tecnicista. Entre os desdobramentos do privilégio de uma formação menos humanística encontra-se o empobrecimento das formas de leitura e compreensão das relações humanas e sociais por parte de nossos estudantes.

É preciso reverter esta lógica nos projetos de formação no ensino médio, de forma a possibilitar uma formação mais abrangente e socialmente significativa aos estudantes, contando com currículos que garantam fortemente a presença de conteúdos das disciplinas das ciências humanas, como Psicologia e Filosofia, por exemplo. É neste cenário, que a inserção da disciplina Psicologia nos currículos do Ensino Médio se revela, novamente, nos dias atuais, como um anseio de grande parte da comunidade educacional e como uma nova pauta de discussões e ações desafiadoras a todos que lutam pelo espaço de contribuição do conhecimento psicológico a favor da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Psicologia, embora mencionada em importantes documentos que regulamentam a organização curricular sobre o Ensino Médio, como os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), deixou de ser privilegiada como um campo de conhecimento e práticas sociais para emergir vinculada a pequenos temas recortados – os temas transversais – visando interesses mais imediatos. Em julho de 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio, selando a exclusão (esperamos que provisória) da Psicologia naquele nível de ensino. Sabedores e defensores da importância do fortalecimento das Ciências Humanas na formação dos jovens acredita-

mos que a Psicologia precisa ocupar seu lugar em um projeto de formação integral dos jovens brasileiros.

O que se pretende com a reinserção da disciplina Psicologia no Ensino Médio? Primeiramente a ampliação da base de Ciências Humanas no próprio Ensino Médio. Uma base que irá propiciar ao aluno melhor localização frente à sua cultura e ao lugar que ele ocupa na sociedade. Em segundo lugar, ela visa tecer os fundamentos para uma análise mais crítica do que vem acontecendo em relação aos processos de alienação do sujeito na cultura contemporânea. Processos de massificação que tendem a não possibilitar um grau de conscientização maior do sujeito.

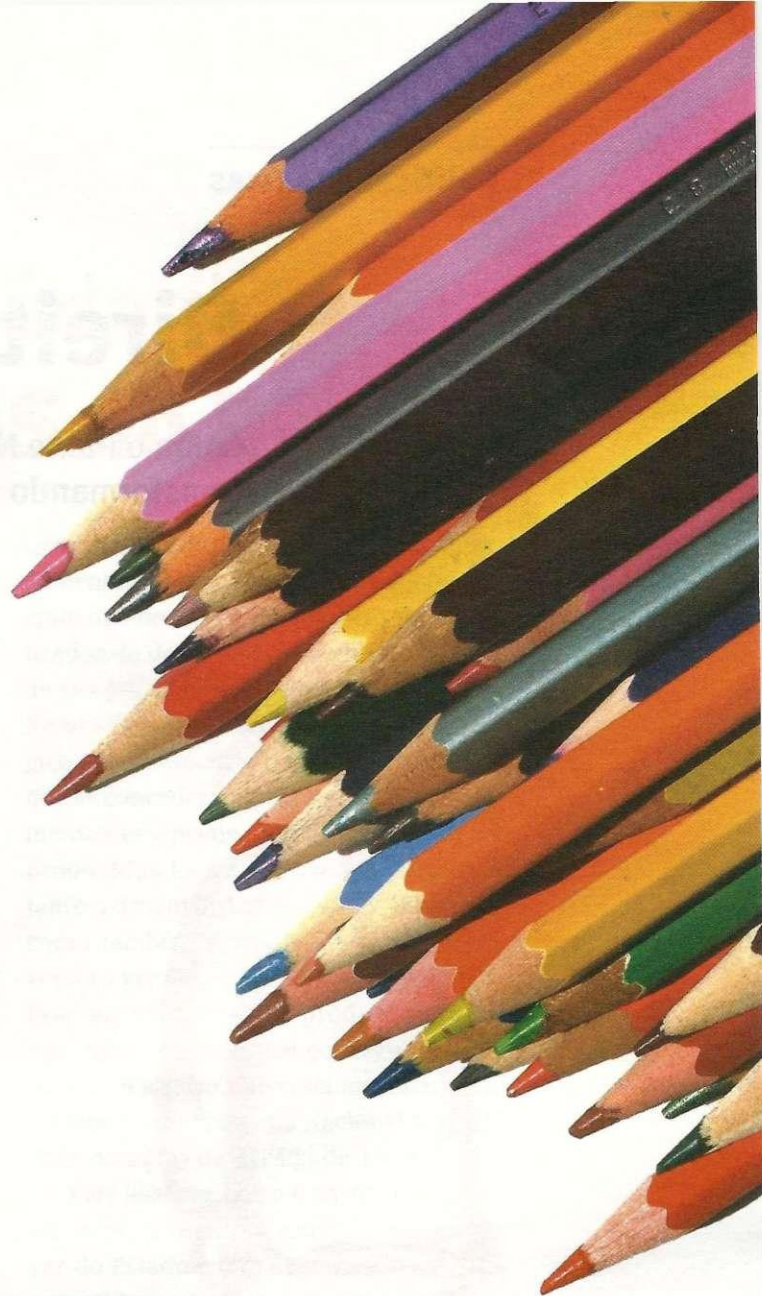
Qual o papel da Psicologia do Ensino Médio no mundo atual? Ela pode propiciar um aprofundamento das discussões a respeito da estruturação do pensamento crítico no Ensino Médio. Ela pode propiciar ao aluno um lugar onde ele possa refletir de forma ampla a respeito do que vem acontecendo com os sujeitos na sociedade atual. Hoje a discussão da sexualidade do jovem, a questão das drogas legais e ilegais, a inserção do jovem no mundo do trabalho, a questão da violência, perpassa inúmeras discussões na educação e na mídia, na maioria das vezes de uma forma não sistematizada e preconceituosa. Consideramos premente que estas discussões ocorram não só para os jovens, mas com os jovens, e a disciplina de Psicologia sempre foi e é um espaço privilegiado para estas reflexões. A construção de jovens cidadãos ocorre também pela compreensão da sua inserção no mundo atual, na construção deste protagonismo e a disciplina de Psicologia no Ensino Médio pode ser e é um espaço disparador para este processo. Há inúmeras formas para que este trabalho ocorra, como uma releitura de como a sociedade tem visto o lugar do sujeito em diferentes sociedades.

A proposta de reinserção da Psicologia no Ensino Médio apresenta-se, portanto, direcionada para uma retomada crítica do lugar do sujeito no mundo contemporâneo. Nessa direção, merece menção um trabalho que ocorreu na década de 1980 através da ação do Conselho Regional de Psicologia da 6ª. Região e do Sindicato dos Psicólogos que se reuniram com os professores

de universidades e os professores do Ensino Médio para discutir de forma coletiva um programa específico para a Psicologia no Ensino Médio. Foi produzido um documento que articulava o pensamento de todos. Ele destacava a importância de propiciarmos aos jovens, através das aulas de Psicologia do Ensino Médio, um processo de reflexão a respeito da massificação na sociedade contemporânea. Atualmente torna-se necessário resgatarmos estes conteúdos para repensá-los em relação à sociedade da globalização e informação.

Não resta dúvida que os conhecimentos psicológicos tem contribuição específica a oferecer à formação do jovem em nível médio e devem ocupar um 'lugar disciplinar' formalizado nos currículos deste nível de ensino, da mesma forma que os outros campos de conhecimento que compõem as Ciências Humanas e Sociais o tem. Por isso, conclamamos professores, psicólogos e entidades que trabalham pelo fortalecimento da psicologia a lutar pela reinserção da disciplina de Psicologia no Ensino Médio. Para além das pessoas compromissadas com o ensino de Psicologia, conclamamos a sociedade em geral a entrar nesta luta, que é uma luta de todos, pois se refere à melhoria da qualidade do Ensino Médio. É sem dúvida uma luta que pretende contribuir com a formação de jovens interessados na construção do seu lugar na sociedade contemporânea."

Para participar do grupo eletrônico de discussão, envie uma mensagem para psicologiaensinomedio-subscribe@yahoo-grupos.com.br .



Direito à convivência familiar

Como o Plano Nacional e os programas municipais de São Paulo estão transformando a realidade de crianças e adolescentes que vivem em abrigos



“Isso ocorre porque nossa cultura ainda se apóia na institucionalização”, diz ela. De acordo com uma pesquisa nacional realizada pelo IPEA entre 2003 e 2005, das cerca de 20 mil crianças que habitavam os 589 abrigos consultados, 86% tinham família e 24% estavam abrigadas por motivo de pobreza. Na mesma época, a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJSP) desenvolveu um estudo na mesma linha, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em âmbito municipal, revelando dados muito semelhantes. Os resultados, que reforçaram a necessidade de elaboração do Plano, são preocupantes, pois mostram que os abrigos, que deveriam ser procurados em casos provisórios e excepcionais, são corriqueiramente usados como paliativo. “Na maioria das vezes, a institucionalização surge como primeira opção e o tempo de permanência excede o razoável, fragilizando laços afetivos parentais e dificultando perspectivas de colocação em família substituta quando o retorno à família de origem se torna impossível”, diz Mariza.

De acordo com Maria Luiza Moura, representante do Conselho Federal de Psicologia no Conanda (Conselho Nacional do Direito de Crianças e Adolescentes), nem mesmo as dificuldades financeiras justificam. “A pobreza não é motivo para romper com as relações afetivas. O ideal seria que existissem políticas públicas não compensatórias, que possibilitassem que a família de poucas posses conquistasse autonomia para manter sua moradia, ter acesso à educação e à saúde”, diz.

O Plano prevê o investimento nos núcleos familiares, com encaminhamento para programas de saúde e assistenciais de geração de renda e profissionalização. Mas, conforme explica Mariza, nem sempre as políticas públicas estão preparadas por meio de uma rede de serviços que atendam às necessidades dessas famílias. Daqui para frente, a expectativa é que cada Estado, e depois cada município, forme um grupo de trabalho para que as ações se ramifiquem localmente.

Uma alternativa que vem sendo usada em São Paulo é o projeto piloto da prefeitura em conjunto com o Tribunal de Justiça de “famílias acolhedoras”. Trata-se de

“A família é o berço de tudo.” A frase que soa clichê é, praticamente, uma determinação legal. No artigo 226 da Constituição Federal está estabelecido que “família é a base da sociedade”. A afirmação é ainda o fundamento de um dos planos mais importantes em relação a direitos ao convívio familiar. Constituído em 2004 e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em 2006, o “Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária” compõe um conjunto de estratégias de caráter social, educativo e pedagógico para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em sua trajetória de risco social. “Embora já estivesse garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente, a convivência familiar e comunitária tem sido um dos direitos mais violados por nossa sociedade”, afirma Mariza Tardelli, coordenadora do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).





uma tentativa de quebrar as estruturas asilares. “É um regime de guarda provisória, que possibilita que até dois adolescentes e crianças sejam inseridos em uma casa de família, para que possam experimentar o convívio”, diz Dayse Bernardi, presidente da AASPTJSP.

Para Maria Luiza, o acolhimento é uma forma de possibilitar o fortalecimento de referências culturais, além de ensinar algumas bases de relacionamento que facilitarão a integração da criança com a família definitiva”, diz ela. O programa não é um voluntariado, mas uma proposta de trabalho. O que se pretende é oferecer uma vivência, tão próxima quanto possível, de um ambiente familiar, em que crianças e adolescentes estejam inseridos na comunidade, matriculados na escola, freqüentando cursos, realizando passeios e tendo acesso a cuidados com saúde junto aos recursos públicos, por exemplo. As famílias que participam recebem treinamento e orientação para colaborar em uma das partes do processo.

Na impossibilidade de retorno ao convívio dos parentes, chega-se à questão da adoção. Das três câmaras temáticas formadas para discutir o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, uma foi formada justamente para refletir sobre este tema. A posição adotada não é contra a adoção, mas determina que essa também deve ser uma solução extrema. “O objetivo é encontrar uma família para a criança e não a criança para uma família”, explica Mariza.

O Plano significa também um avanço importante na medida em que permite a crianças e adolescentes se manifestarem no que diz respeito ao seu destino. “Apesar de ainda haver psicólogos e assistentes sociais que considerem principalmente, ou somente, o ponto de vista dos adultos, está claro que é fundamental ouvir a criança e o adolescente dentro de sua realidade”, diz Dayse.

Sem criar um modelo utópico plenamente harmônico, o que se defende por meio do convívio familiar é uma oportunidade de crescimento cultural, de amadurecimento como cidadão. “Tido como

um modelo de micro sociedade, é no ambiente familiar, que se experimentam as primeiras emoções, onde se aprende a ter respeito e se adquire valores e referências culturais, seja no tipo de alimentação, nas cantigas de ninar, no modo de falar. Nem que seja para aprender a romper com aquilo com que não se está de acordo”, afirma Maria Luiza. As lições vivenciadas ali se constituem em referências importantes para o estabelecimento dos vínculos afetivos nas relações interpessoais.

Atualmente, o uso inadequado dos abrigos significa também aproveitá-lo como creche, escola, hospital e tudo mais que as políticas públicas não dão conta de atender. Resgatar o papel do abrigo é um dos próximos passos. Em São Paulo, a AASPTJSP divulgará a resolução que dará as diretrizes sobre como os abrigos do município devem funcionar. “Por menos que seja o tempo de estadia no abrigo, sempre é doloroso. Por isso, precisamos garantir práticas inclusivas e serviços de qualidade dentro dos abrigos,” recomenda Dayse. ●

Psicólogos podem integrar equipes em processos de **identificação de torturas**

Para revelar indícios de violência, autoridades dizem que são necessárias visitas às instituições

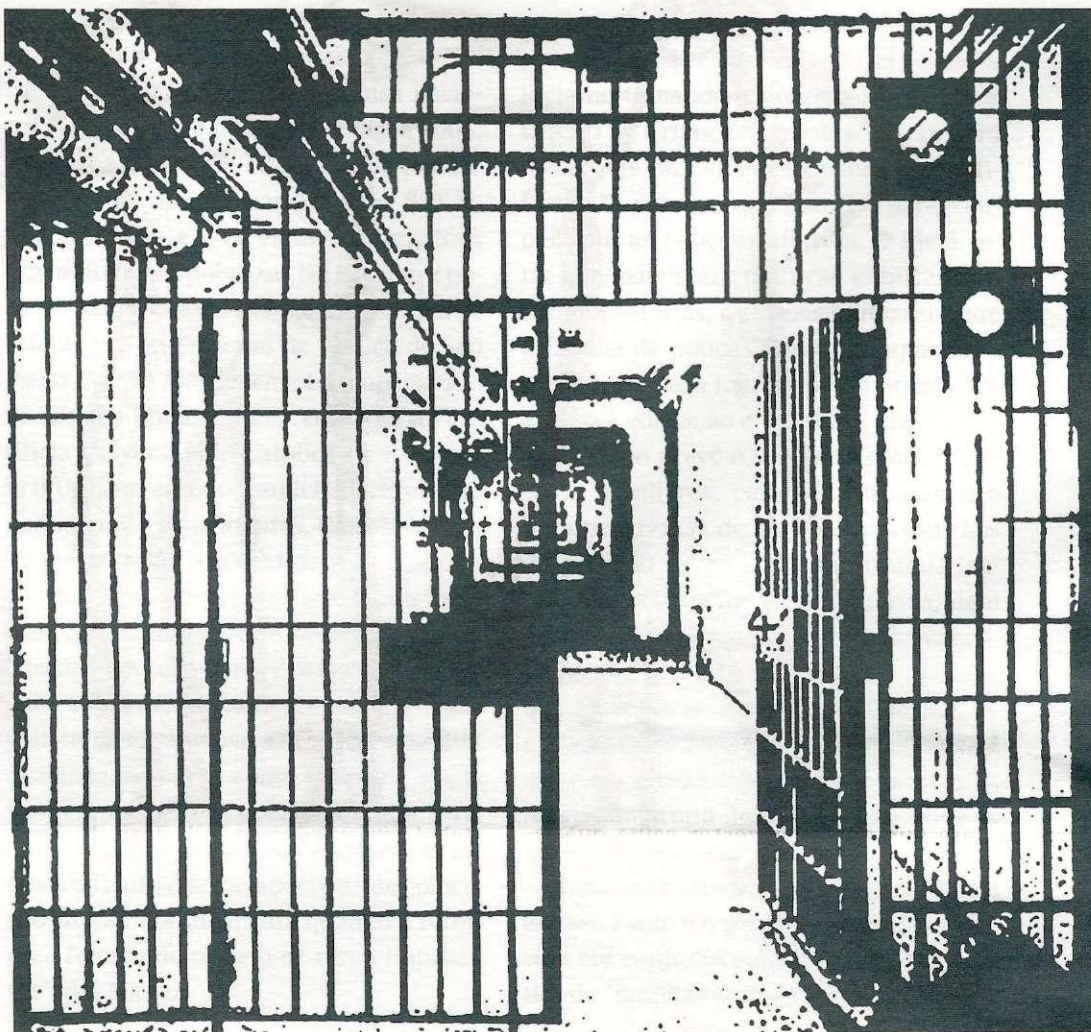
A tortura deixou suas feridas na humanidade na forma da escravidão, agressões contra prisioneiros de guerra, castigos cruéis e muitas outras formas de maus-tratos. As cicatrizes continuam sangrando, porque são recorrentemente abertas por essa prática, muitas vezes institucionalizada. A tortura foi definida – pela Associação Médica Mundial, reunida em Tóquio, em 1975 – como a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada, de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder com o fim de forçar uma pessoa a dar informações ou confessar algo por qualquer outra razão.

No Brasil, estão sendo criados mecanismos para reagir a essa violência. Uma das metas da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República, é a formação de comitês de combate à tortura em nível nacional com a responsabilidade de implementá-los no âmbito estadual e com devidos ajustes respeitando as características de cada região.

Ativistas de direitos humanos, do governo e das organizações não-governamentais interessados em combater tal crime passarão a monitorar locais de detenção. Segundo o representante da SEDH, Perly Cipriano, o objetivo do plano é abranger não só a tortura física, mas a psicológica também. Para ele, nenhum dos instrumentos existentes possibilita identificar as marcas da tortura psicológica, apenas as da física. É por esse aspecto que a participação dos psicólogos é significativa nesse processo amplo de enfrentamento.

A SEDH está centralizando a formação de grupos de monitoramento. Entidades da sociedade civil, entre elas o Conselho Federal de Psicologia, estão sendo avaliadas para integrar esses grupos que realizarão vistorias em locais de isolamentos, passíveis de casos de tortura. Observadores e técnicos elaborariam relatórios que seriam encaminhados como denúncia ao Ministério Público.

A psicóloga e integrante da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, conselheira Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, é da opinião de que uma das formas de revelar indícios de violação dos direitos humanos e de tortura é realizando visitas a instituições e locais de isolamento. “Temos de acompanhar de perto”, comenta ela, que vem participando de alguns eventos importantes que tratam do



tema, como a “Oficina internacional sobre monitoramento de locais de detenção no Brasil”, realizada em 2006, em Brasília; “O profissional diante da situação de tortura: desafios frente à implementação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes”, no CRP SP, também em 2006; e o “Curso de capacitação de multiplicadores em perícia em casos de tortura”, em junho de 2007, em Brasília, o que lhe confere respeitada bagagem no assunto.

As visitas, segundo Maria Auxiliadora, são apenas o início de um processo que deve ser mantido enquanto as condições do local vistoriado forem de risco. Elas são acompanhadas por perito representante do Ministério Público e também por profissionais qualificados para identificar a tortura, como médicos, engenheiros, arquitetos, psicólogos e assistentes sociais.

Maria Auxiliadora diz que os psicólogos poderão fazer a integração das equipes de visita e participar da elaboração de

propostas para a abordagem dos diretores, funcionários e técnicos desses locais. A principal proposta é o contato com os idosos, jovens, adultos, hospitalizados, presos ou detidos para averiguar as condições às quais estão submetidos. “O objetivo é monitorar e verificar as condições que seguem”, explica, lembrando que depois da visita são transmitidos os resultados da investigação e as recomendações às autoridades competentes e aos atores envolvidos na proteção de pessoas privadas de liberdade.”

A realização das visitas segue um modelo que foi sistematizado pela Associação para a Prevenção da Tortura (APT), e que hoje está internacionalmente difundido através do *Guia Prático de Monitoramento de Locais de Detenção*.

O monitoramento dos locais de detenção torna-se um procedimento que institui novo caminho na busca do propósito de prevenção e de erradicação definitiva e absoluta da tortura contra as pessoas privadas de liberdade no país. ●

Todos os estabelecimentos de saúde precisam ter cadastro no CNES

Prestadores de serviços dos planos de saúde também são obrigados a ter o registro

Desde 2000, todos os estabelecimentos de saúde do país, incluindo os prestadores de serviços das operadoras de saúde, são obrigados a se cadastrar no Ministério da Saúde. A medida permitiu a concentração num único sistema de dados da rede de saúde pública e privada. André Luiz Dias, assistente técnico do departamento de Regulação, Avaliação e Controle / Coordenação Geral dos Sistemas de Informação do Ministério da Saúde, explica que o gerenciamento centralizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde tornou a operacionalização dos Sistemas de Informações de Saúde mais eficiente.

O CNES visa disponibilizar informações das atuais condições de infra-estrutura de funcionamento dos estabelecimentos de saúde em todas as esferas: federal, estadual e municipal. "O cadastro serve hoje não só para pagamento das unidades públicas, como as conveniadas ao SUS, mas para um planejamento organizacional e para que qualquer gestor saiba qual é a sua demanda no município", diz ele. André Dias diz que como a proposta é prestar assistência à saúde, seja na sua atenção primária ou mais especializada possível, ficou definido, pela Portaria 511 de 2000, que todos os estabelecimentos que

tivessem qualquer atividade de atenção à saúde, seja através de um plano de saúde, seja pelo SUS ou pelo sistema privado, deveriam ser obrigados a se cadastrar.

No caso dos planos de saúde, pela Resolução Normativa 64 da Agência Nacional de Saúde, todos os prestadores das operadoras, como consultórios de Psicologia, que realmente fazem o atendimento e participam de uma determinada carteira de um plano de saúde, devem ter o cadastro nacional de estabelecimento de saúde. Sem isso, não há como fazer ou renovar seu contrato. "O prestador é que tem que ter o cadastro no CNES e não o plano de saúde", ressalta. Justificada a não obtenção desse registro, o prestador, observa a Resolução Normativa 144 de 2000 da ANS, a exigência poderá ser substituída, até dezembro de 2008, por declaração de suficiência qualitativa e quantitativa da rede de serviços próprios ou contratados.

André Dias acrescenta que qualquer estabelecimento, ao se cadastrar, deve relacionar os profissionais que trabalharam no local, sejam da área da saúde ou da parte administrativa. Feito o cadastro, o município estabelece qual é a forma de cadastramento. O psicólogo que tem um consultório, por exemplo, precisa entrar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde que vai explicar os procedimentos e formulários necessários para o cadastramento. Em seguida, um funcionário da secretaria faz uma visita *in loco* junto com a pessoa que preencheu a ficha para verificar se está tudo correto. Após instalado no sistema, o psicólogo já sai com o código que será reconhecido pela rede do CNES.

Essas informações repassadas pela Secretaria Municipal de Saúde ao CNES são atualizadas três vezes por semana. O que permite um monitoramento muito próximo

do real retrato do sistema nacional de saúde. Hoje, há cadastrados no país mais de 169 mil estabelecimentos. Só em São Paulo, são mais de 37 mil. Especialidades, mais de dois milhões. Isso porque muitos profissionais da saúde têm vínculos distintos em locais diferentes. "Um psicólogo clínico, com várias formações, pode ter outra especialidade em outro lugar" explica André.

Sergio Guerra Sartor, subgerente de Serviços da COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde - do município de São Paulo, reforça que para a concessão do cadastro da Vigilância Sanitária, cujo protocolo é necessário para obter o registro no CNES, é realizada uma avaliação do serviço de saúde. A Portaria 1293/2007 listou aproximadamente 30 atividades da área da saúde passíveis de cadastramento, entre elas a Psicologia. "O cadastramento só sai depois de averiguado se as instalações para o atendimento, sua área física, por exemplo, e os procedimentos realizados estão dentro das normas", diz. Para o profissional se cadastrar na capital paulista, é preciso protocolar os Anexos 2 e 5 da Portaria 2193/07 na praça de atendimento da COVISA. O anexo está no site www.prefeitura.sp.gov.br/covisa.

Sérgio Sartor ressalta que o cadastramento tem um aspecto relevante a ser observado: facilita e norteia as administrações municipais a elaborar políticas públicas. Ele comenta que pelo banco de dados é possível esquadrihar os estabelecimentos de saúde, quantos há na cidade, sua distribuição geográfica, quem são os responsáveis pelos serviços de atendimento. A partir daí, definir estratégias de ação.

"Várias decisões são tomadas com base no CNES", reforça André Dias. "O Secretário Estadual da Saúde tem agora onde buscar informações para saber se há falta de leitos, em que unidade hospitalar e como suprir a carência", diz ele. Segundo ele, as informações no cadastro permitem mais claramente ao gestor fazer o reconhecimento do quadro da rede assistencial e suas potencialidades, a fim de auxiliar no planejamento em saúde, em todos os níveis de governo, bem como dar maior visibilidade ao controle social a ser exercido pela população. •

Praça de atendimento da COVISA:
rua Santa Isabel, nº 181.

Portaria 551 de 2000: <http://cnes.datasus.gov.br/Portarias/PT-511-2000.htm>



Justiça restaurativa aposta no diálogo para a solução de conflitos

Muitos casos que vão parar nos tribunais podem ser resolvidos com uma boa conversa entre as partes, resultando em um acordo pacífico que dispensa as penas tradicionais

Muito recorrente entre casais de namorados ou marido e mulher, a conversa - que muitas vezes tem caráter de "lavar a roupa suja e libertar sentimentos reprimidos" -, é também necessária para ajustar alguns pontos do relacionamento entre pais e filhos, chefes e funcionários e, até mesmo, amigos. O diálogo muito positivo, mas, sem certa pitada bom senso, pode ser o começo do fim dos laços afetivos.

A importância do entendimento foi reconhecida com mais afincos pelos aborígenes Maoris da Nova Zelândia, que davam mais atenção à discussão do fato ocorrido, e não às pessoas envolvidas, tratando de reparar os danos psicológicos antes dos danos materiais. No final da década de 1980, o país, de forma pioneira, incluiu em sua legislação sobre Crianças, Jovens e Suas Famílias a previsão de que os crimes praticados por menores de idade seriam tratados em encontros envolvendo réus, vítimas e comunidades, conhecidos como "Family Group Conferences".

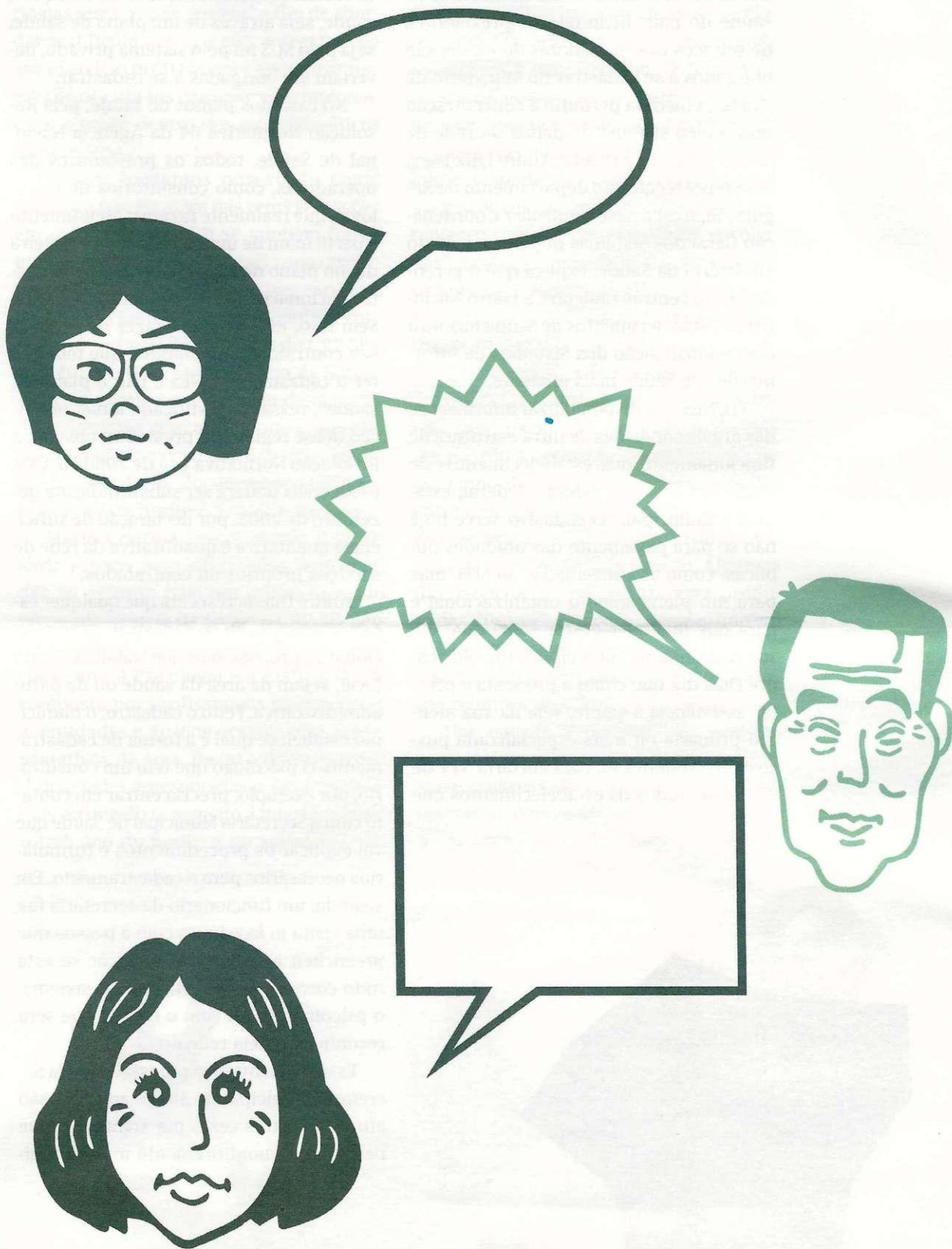
Esse conceito, legalmente chamado de justiça restaurativa, trabalha pela reconciliação entre vítima e ofensor. Ao contrário da justiça retributiva, que se atém à gravidade do ato e prevê penas de reclusão, privação de direitos ou mesmo punição com trabalhos de serviço à comunidade, a justiça restaurativa aposta no entendimento, no acordo entre as partes.

No Brasil, são poucas as cidades que já possuem um trabalho consistente a respeito dessa questão. Porto Alegre e Brasília são duas delas. No Estado de São Paulo, os primeiros passos foram dados em São Caetano do Sul, há três anos. De acordo com o juiz Eduardo Melo, da Vara de Crimes contra Crianças e da Vara da Infância e Juventude daquele município, nesse período foram cerca de mil casos encaminhados a soluções restaurativas. Um número considerado bastante satisfatório. Atualmente, Guarulhos e a capital também estão nessa seleta lista, graças a um projeto iniciado em outubro de 2006 na região de Heliópolis. Antes restrito a casos de agressão física, ofensa, ameaça e vandalismo protagonizados por crianças e adolescentes, o projeto foi estendido para ser aplicado fora da comunidade. Vale dizer que casos de delitos mais graves e complexos,

de maior potencial ofensivo, como crimes de tentativa de homicídio e de natureza sexual, ainda não são contemplados nessa especialidade no Brasil (ao contrário da Nova Zelândia, por exemplo).

"A justiça restaurativa vai além do ponto de vista factual. A ideia é colocar a vítima, e não o agressor, no centro da questão, procurando compreender que conse-

quências o ato infracional representara para ela", explica Mônica Rosa Melo, psicóloga da equipe do Fórum das Varas Especiais da Infância e da Juventude da capital. Ela cita o exemplo de um caso de agressão física. Se alguém apanhou, além dos machucados, das dores, que outras seqüelas adquiriu? Medo? Insegurança? Desejo de vingança? "A punição convencional pode



até trazer alguma recompensa moral para o agredido, mas os sentimentos permanecem e precisam ser tratados”.

A necessidade de compreender os motivos e desejos envolvidos na atitude do agressor. Não raro, um impulso violento, seja físico ou verbal, pode ser reflexo de uma série de atos de vitimização anterior, até por parte da própria pessoa lesada. “Já tivemos diversos casos em que, depois de explicados os porquês que levaram o ofensor a prática do ato violento, a conversa desenrolou-se com a vítima também pedindo desculpas”, conta Mônica.

Outro princípio é a voluntariedade. Após ser identificado pelo juiz, em audiência, como um caso elegível para a justiça restaurativa, o ofensor precisa aceitar participar do círculo, como é chamada a reunião de conciliação entre as partes. A pessoa pode optar pelo sistema convencional. Uma vez que este esteja disposta a conversar, também a vítima precisa concordar. Caso contrário, para não perder a oportunidade de ajudar na sua reintegração pode-se recorrer a um artifício: contar com um técnico para encenar o papel da vítima. “A princípio, questionávamos os resultados desse tipo de dramatização. Mas já tivemos experiências muito positivas”, diz Mônica. Também devem ser convidadas outras pessoas consideradas importantes para o esclarecimento e solu-

ção do conflito. A partir desse momento, estão todos em posição de igualdade. O juiz não é autoridade, pais e professores não são superiores aos filhos e alunos e o mediador do círculo não está ali para fazer imposições. Não são diversas sessões, mas uma única reunião, que costuma levar, na média, uma hora e meia, em que se estabelece um acordo, ou seja alguma ação consensual que tenha efeito simbólico casual e restaurativo para as partes envolvidas no conflito. Sem nenhuma imposição jurídica. “Se pensarmos na questão de responsabilização do ponto de vista subjetivo, esta requer necessariamente um trabalho de implicação do sujeito ao ato, assim como requer a consciência das consequências de sua ação sobre, si mesmo e sobre o outro. É um processo construído e não imposto por uma instância exterior” diz Mônica. “Desse ponto de vista ela via do diálogo, a justiça restaurativa tem maior potencial para possibilitar uma efetiva responsabilização de todos os envolvidos no processo.”

De praxe, marca-se um segundo encontro, de duas a quatro semanas depois, geralmente. É o Pós-Círculo, ocasião em que se verifica se o acordo foi cumprido, se foi eficaz, se deu bons resultados, ou se precisa de ajustes. O índice de acordo, conforme conta Eduardo Melo, é de 80%. “Isso representa a quantidade de casos que che-

gam ao objetivo de resolver o problema com a conversa”, afirma o juiz. “Por serem os resultados muito positivos, é uma prioridade do Tribunal de Justiça expandir o alcance e a eficácia da justiça restaurativa, como parte das diretrizes da política estadual, é uma prioridade.” ●



INFORME PUBLICITÁRIO

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	
CONSULTA PSICOLÓGICA E PSICOTERAPIA 536hs - 24 meses Público Alvo: Psicólogos Certificado: Reconhecido pelo CFP	NEUROPSICOLOGIA 540hs - 18 meses Público Alvo: Psicólogos Certificado: IPAF

INSCRIÇÕES
www.ipaf.com.br
 Tel 5081-7905

Sócio-Histórica
 Vygotsky - Luria
 Leontiev

Turmas de 2008

IPAF - Instituto de Psicologia Aplicada e Formação

ABORDAGEM TEÓRICA

ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE BIOENERGÉTICA
PSICOTERAPIA CORPORAL

Curso Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia - Psic. Clínica
 Reconhecido pelo International Institute for Bioenergetic Analysis (Zurich)

INÍCIO:
 23 de Fevereiro de 2008

INFORMAÇÕES E PROGRAMA:
 (19) 3465.3515 e 3465.3163
ligare@ligare.psc.br
 Conheça outros cursos em nosso site:

ligare

Centro de Psicoterapia Corporal Americana / SP

www.ligare.psc.br

Projeto do compromisso social selado no II Congresso da ULAP

O evento fortaleceu a entidade e deu visibilidade às produções científicas dos psicólogos do continente

Se a Psicologia latino-americana continua muito permeável a trabalhos estrangeiros desconectados da realidade dos países em desenvolvimento, o II Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI, realizado em setembro, em Cuba, sinalizou para outra tendência até pouco tempo visionária: a valorização das pesquisas de profissionais comprometidos com a questão social dos diversos países do continente. O evento, além de fortalecer uma entidade criada num período relativamente recente - cinco anos -, deu visibilidade às produções científicas dos psicólogos da América Latina, intensificando a integração entre eles.

O vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius Oliveira, percebeu esse movimento pelo volume de trabalhos apresentados na ocasião e pelo número de pessoas presentes de 13 diferentes países. Foram cerca de 900 congressistas que debateram variados assuntos da Psicologia, que diziam respeito aos problemas enfrentados pelas sociedades latino-americanas. "Muitos temas foram discutidos a partir da principal mensagem do evento: 'Por uma Psicologia com todos e para o bem de todos'. Queremos uma Psicologia que seja construída a partir da contribuição de todos os países da América Latina e que diga respeito à realidade de nossos países, atendendo às necessidades e urgências que temos", resumiu Ana Bock, presidente do CFP.

Marilene Proença, presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, analisa que o II Congresso fortaleceu esse movimento de aproximação dos psicólogos brasileiros à produção acadêmica latino-americana. "Precisamos superar nossa relação de colonizados. Ainda preferimos conhecer a ciência e a profissão da Europa e dos Estados Unidos do que a da América Latina. Quanto ao conhecimento da Psicologia, pouco sabemos sobre as produções latino-americanas. É ainda um desafio a ser enfrentado", apontou ela.

"A Psicologia na América Latina sempre sentiu o impacto do domínio desse pensamento de 'colonizados', aplicando de forma mecânica os saberes produzidos a partir de referências que não são as nossas. Agora, estamos exatamente no movimento inverso: construindo a nossa Psicologia para nossa gente", analisou Ana Bock, presidente do CFP. Ana Bock acredita que as preocupações levantadas no II Congresso

da ULAPSI precisam, inclusive, repercutir nas salas de aula no Brasil e nos países irmãos. "A formação profissional precisa sair dessa condição subjugada. É preciso que tomemos a nossa realidade como referência para nossas pesquisas e nossas intervenções", provocou.

Para ela, a Psicologia na América Latina só tem sentido se se dedicar à tarefa de uma profissão com compromisso social, de se comprometer com as urgências e necessidades da maioria da população dos países, onde há muita desigualdade e sofrimentos específicos decorrentes dessa realidade social. A participação da Psicologia na formação das políticas públicas torna-se, assim, algo importante e inegociável. Ana Bock afirmou que no II Congresso essa tese foi assumida não só pelo Brasil, mas pelos demais países latino-americanos. "Talvez no Brasil essa certeza esteja mais forte e o trabalho nessa direção mais adiantado. A experiência brasileira, pelo visto, será referência para o desenvolvimento em todo continente. O CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - foi apresentado no evento e deverá ser publicado, como um capítulo, em livro cubano", adiantou.

Marilene Proença destacou que o II Congresso abordou o fato de apesar de a Psicologia do continente estar inserida de alguma forma nas políticas públicas, o psicólogo muitas vezes não considera esta dimensão do seu trabalho. "As contradições que vemos no Brasil, também encontramos na América Latina", observou. Marcus Vinícius, sobre a matéria, reafirmou que nesse campo o Brasil ganhou destaque por apresentar trabalhos de qualidade na saúde, na educação, áreas pouco desenvolvidas por outros países.

O vice-presidente do CFP disse que o programa da ULAPSI funcionou como um verdadeiro laboratório e encontrou um diálogo de articulação comum nas salas temáticas. "O tema da desigualdade social, por exemplo, atravessou boa parte dos trabalhos apresentados com grande ênfase nos temas da saúde, da família, da violência social e da violência política. Enfim, refletindo um retrato expressivo da pesquisa e da intervenção que é realizada hoje no continente em torno dos problemas sociais mais graves", descreveu.

Esse projeto do compromisso social foi acolhido pelos porta-vozes dos países participantes em Cuba, um país que

criou uma atmosfera favorável para essa reflexão. Marcus Vinícius lembrou que o evento da ULAPSI em São Paulo, em 2005, apesar de expressivo, foi verde-amarelo. "A Psicologia brasileira, por sua densidade, acabou dando o tom do I Congresso. Mas a segunda edição foi latino-americana em todos os sentidos. Ao fazê-lo em Cuba, a ULAPSI se beneficiou de uma das mais importantes tradições de construção de uma Psicologia do compromisso social no continente", argumentou. "A Psicologia cubana esteve fortemente comprometida com a climatização das dinâmicas sociais vividas pela experiência revolucionária. É uma Psicologia que traz um componente politizado no sentido de que ela fala da polis cubana, da vida na cidade, do cotidiano e da experiência daquele país", acrescentou.

Marcus Vinícius ressaltou a presença muito "expressiva" da Psicologia mexicana e da Psicologia brasileira no congresso, formando aí um eixo geopolítico importantíssimo na densidade da Psicologia latino-americana. "Teve também a participação de países da América Central que até então não haviam se aproximado da ULAPSI. Podemos dizer que a ULAPSI é hoje uma entidade de toda a América Latina." Mas admitiu que a delegação brasileira foi um caso a parte. "Éramos um grupo plural, diversificado, representando várias entidades, com o reconhecimento da qualidade do que está sendo feito no Brasil", disse.

Uma dessas entidades foi o FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira. Cristina Joly, que representou o Fórum, acredita que a ocasião estreitou os laços entre pesquisadores de toda a América Latina, possibilitando e fortalecendo ações conjuntas. "O II Congresso teve o mérito de possibilitar a criação de redes para o desenvolvimento de parcerias entre os pesquisadores e profissionais", afirmou.

Segundo ela, a participação do FENPB, representando as 20 entidades da Psicologia brasileira que o constituem, ratificou o compromisso de desenvolver uma Psicologia com todos e para o bem de todos, como anunciou o tema do evento em Havana. "Em decorrência disto, vamos participar ativamente da organização dos Grupos de Trabalhos da ULAPSI - os quais são uma via para integrar os psicólogos e pesquisadores brasileiros aos estrangeiros."

a Psicologia latino-americana é SI



Marilene Proença, presidente do CRP SP, ponderou que essa nova articulação sob a égide da ULAPSI ainda exige acompanhamento. “Em 2007, aumentou o número de países participantes, mas ainda carecemos de legitimidade na América Latina para que seja de fato um Congresso latino-americano. Precisamos construir as parcerias com os demais psicólogos latino-americanos. Creio que a BVS PSI é um importante instrumento para isso.”

Marcus Vinícius é da opinião de que o II Congresso consolidou o papel da ULAPSI como entidade disseminadora da Psicologia da América Latina por meio de importantes instrumentos de integração como a revista eletrônica Psicolatina, que faz avaliações importantes da produção latino-americana, e a Biblioteca Virtual, que começa a ser desenvolvida agora por outros países, a partir do *know-how* brasi-

leiro, com ênfase para o México, Peru, Colômbia e Argentina.

De concreto ainda, Cristina Joly contou que foram estabelecidas parcerias entre ULAPSI, FENPB e CFP para a organização do portal ULAPSI na internet, para pesquisas sobre a Psicologia na América Latina e para a organização do III Congresso da ULAPSI no México, em 2008.

Para Cristina Joly, a Psicologia da América Latina saiu renovada com o II Congresso em sua meta de consolidar ações voltadas para o fortalecimento da Psicologia na América Latina, para América Latina. Outra decisão importante do coletivo da ULAPSI foi a oficialização da data comemorativa do Dia da Psicologia na América Latina: 8 de outubro. ●

Sites

ULAPSI: <http://www.ulapsi.org>

Revista Psicolatina : <http://psicolatina.org>

BVS-ULAPSI: <http://www.ulapsi.bvsalud.org>

20 anos de Luta Antimanicomial reforçou o projeto de uma sociedade sem manicômios no Brasil

O evento foi comemorado em Bauru, berço do movimento, com a presença de duas mil pessoas, entre estudantes, militantes e especialistas



1 MANIFESTAÇÃO PÚBLICA CONTRA OS MANICÔMIOS NO BRASIL - BAURU, DEZ. 1987



Compositor, cantor, arranjador e ator nascido em Irará, na Bahia, Tom Zé deu seu tom e sua mensagem: queremos uma sociedade sem manicômios. O músico, uma das figuras mais originais e controvertidas da MPB, abriu o histórico encontro "20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios", em Bauru, no oeste paulista. O evento - uma co-realização do CFP e CRP SP, em parceria com a UNESP, com a UNIP e Universidade do Sagrado Coração -, comemorou na cidade, berço de um movimento social que soava radical na época, o fechamento de mais de 100 mil leitos de hospitais psiquiátricos no país.

A Luta Antimanicomial, que começou 20 anos atrás com a manifestação de apenas 250 trabalhadores da área da saúde mental indignados com o tratamento desumano que era dispensado aos portadores de transtornos mentais, é hoje considerada triunfante, mas que só terá cumprindo seu papel com a desativação de todos os leitos psiquiátricos. Celso Zonta, professor de Psicologia Social da Unesp - Bauru, e um dos que brandiram a bandeira desde seu início, conta que o ritmo de desativação tem sido de até três mil por ano. Ele acredita que em pouco mais de 10 anos, a continuar este ritmo, boa parte dos cerca de 38 mil leitos que

ainda excluem os usuários de saúde mental da sociedade poderão estar extintos. Para isso, o país deverá dispor de uma rede substitutiva bem aparelhada. Como isso deve ser feito foi debatido no encontro.

O reencontro desse grupo de militantes da saúde mental fez, do dia 6 a 9 de dezembro, um balanço da Luta em quatro eixos. O primeiro foi a aliança loucura-cultura, como forma de ação terapêutica efetiva e inclusão social. O segundo: as narrativas históricas na construção de uma sociedade sem manicômios, a reflexão dos ganhos na gestão da Reforma Psiquiátrica, o que significou para o país o

dia 18 de maio (dia da Luta Antimanicomial), um apanhado geral do que ocorreu nos anos seguintes. O terceiro eixo: discutir as práticas, a ação do profissional de saúde mental, refletir sobre a dificuldade que se tem diante da profunda desigualdade social. O quarto eixo: pensar novas formas de articulação.

O evento trouxe atores de Norte a Sul do país que revelaram as várias faces do movimento para a re-inserção social do louco. Foram apresentadas experiências na busca do espaço do usuário por meio de rádios comunitárias, como a Voz do Poste no Rio Grande do Sul - uma estratégia terapêutica, onde os usuários podem declamar poesias, manifestar, permitindo à sociedade entrar em contato com essas pessoas. Foram abordadas iniciativas de aproximação da Luta com outros movimentos sociais, como o dos Sem-Terra, o das mulheres, o dos Sem-Teto, com o objetivo de destruir as barreiras do preconceito. E também projetos que permitiram a intersecção da arte com a clínica com resultado terapêutico e social muito positivo.

Marcus Vinícius de Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, e um dos líderes desse movimento, observa que a Luta Antimanicomial conseguiu sair do campo teórico e transformou não só o olhar dos profissionais da área, mas alterou o curso da política pública para a saúde mental. "Naquela época, falar em rede substitutiva era um delírio, porque tecnicamente, o tratamento clássico de isolamento, medicamentoso, dos eletrochoques, era a única metodologia conhecida e aceita", lembra. "A Luta apresentou propostas de atendimentos substitutivos (baseados nas experiências de Franco Rottelli, psiquiatra do Departamento de Saúde Mental de Trieste, na Itália), de que o usuário de saúde mental poderia ser tratado com mais dignidade, devolvendo a eles sua cidadania, fora dos muros dos hospitais psiquiátricos", afirma.

Roberto Tykanori Kinoshita, professor da Universidade Federal de São Paulo - Baixada Santista, outro ícone do movimento, explica que o sucesso da Luta deveu-se, entre várias razões, porque os militantes "à época e por muitos anos não tinham nada a perder". Hoje, há muito a ser mantido. Em 1987, 98% da verba do Ministério da Saúde era voltada à internação. Hoje, 52% dos financiamentos estão destinados aos

serviços substitutivos, aos mais de 1.200 CAPS (Centros de Assistência Psicossocial) do país. A maior herança, entretanto, desse movimento é a quebra dos estigmas. "Os usuários de saúde mental passaram a ser vistos como pessoas integrantes da sociedade. Mesmo nos hospitais psiquiátricos que ainda restam, hoje não se permite agredir alguém simplesmente por ser louca e achar que está tudo bem, que isso não é nada", ressalta ele.

O professor da Unifesp, que implantou em Bauru e em Santos, junto com Davi Capistrano, os primeiros Núcleos de Apoio Psicossocial aos usuários, lembra que o Brasil foi processado pela Organização dos Estados Americanos como responsável pela morte no Nordeste de Fernando Ximenes, interno de um hospício. "Isso não é pouca coisa! Assim como não foi pouca coisa a própria atitude do país, do governo brasileiro que admitiu responsabilidade no fato, e se comprometeu a garantir os direitos humanos. Isso se reflete na prática hospitalar, reflete na prática de consultório, reflete-se no dia-a-dia", afirma ele.

Celso Zonta reforça dizendo que a Luta criou uma cultura contra os manicômios. "Um efeito visível foi o da regulamentação dos CAPS. Com a mudança, o Ministério da Saúde criou a rede substitutiva. Foi produto do movimento que acumulou força e debate. Tudo começou com experiências isoladas nas prefeituras, contaminando o país", recorda. Apesar do avanço, traduzido em experiências interessantes e exitosas da rede substitutiva, na diminuição do processo de internação, reduzindo a exclusão social do usuário, ainda há muito trabalho a ser feito, a começar pelo Poder Público. Para ele, é preciso que haja mais vontade política para se chegar próximo do ideal. "As prefeituras precisam investir nas equipes. Em São Paulo, o Estado vem se omitindo, desmontando as unidades de saúde mental e transferindo os usuários para o CAPS sem ajuda financeira. O Ministério da Saúde precisa aumentar os recursos para permitir o acompanhamento terapêutico dos portadores de transtornos mentais, o trabalho com a família."

Magda Dimenstein, professora do departamento de Psicologia da Federal do Rio Grande do Norte, embora reconheça a superação de muitos obstáculos com a redução dos leitos e a ampliação dos ser-

viços substitutivos, observou que há ainda impedimentos que precisam ser desconstruídos para que haja avanços no setor público na saúde mental, como a burocracia e a falta de inovação de modelos terapêuticos. "O cenário é mais animador que 20 anos atrás. Mas há momentos problemáticos para o trabalhador de saúde mental. Muito pouco novo foi produzido nos últimos anos. A operacionalização dos CAPS, hierarquizada, ambulatorial e individualizada, dificulta a troca dos protagonistas sociais, da rede social.

Em São Paulo, o problema é mais grave. Para os militantes da Luta no Estado, o movimento não avançou, muito menos a Reforma Psiquiátrica, que tem no governo seu principal desarticulador. Seria preciso que se criasse um espaço plural que reunisse periodicamente as entidades e instituições envolvidas na Luta Antimanicomial para repensar uma estratégia de interlocução com os gestores públicos e alterar esse quadro de estagnação. Mas Tykanori diz que deve se fazer com cautela esse paralelo da Reforma Psiquiátrica com a Luta. "São matérias distintas. A Reforma é um processo de ordenamento institucional. A Luta Antimanicomial é um movimento especial, que certamente tem uma parcela importante na transformação das instituições, mas que vai além delas, porque perceber a cultura, a massa, as oscilações interpessoais, mais capilar da sociedade."

Marcus Vinícius, vice-presidente do CFP, considera o evento de Bauru, que desta vez reuniu mais de duas mil pessoas, a reafirmação da Luta Antimanicomial por uma aproximação da sociedade com a loucura e um grito para preservar a dignidade do usuário de saúde mental no país. Admite que são precisos ajustes para que a rede substitutiva não cometa os mesmos vícios dos hospitais psiquiátricos com sua mentalidade medicamentosa e opressora nem tampouco que não sejam criados novos centros apenas para receber verba do Ministério da Saúde. Mas comemora, dizendo que por conta desse movimento de 20 anos atrás, numa cidade pequena do interior paulista, milhares de pessoas hoje estão livres dos manicômios. ●

Informações no site: www.pol.org.br/lutaantimanicomial

ENCONTRO NACIONAL

"20 ANOS DE LUTA POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS"

Processo de construção de referências

Grupo de trabalho “Psicólogo Judiciário nas questões de família” debate as dificuldades identificadas pela categoria na relação perito – assistente técnico

Não se pode falar hoje na Justiça sem pensar na Psicologia. O trabalho do psicólogo nos processos de Vara de Família é reconhecido pelo Poder Judiciário como importante recurso que auxilia a análise de casos, buscando contemplar a subjetividade e o bem-estar dos envolvidos no conflito familiar expresso na lide que se coloca para o campo de Justiça. Porém, na mesma medida em que a contribuição da Psicologia para a área foi sendo cada vez mais reconhecida socialmente, cresceu o número de queixas contra esses profissionais.

A Comissão de Ética vem registrando processos que questionam o trabalho do psicólogo, enquanto perito do Poder Judiciário ou mesmo enquanto assistente técnico da parte. São dúvidas em relação às técnicas utilizadas, a fundamentação das conclusões, a relação do trabalho entre o psicólogo perito e assistente técnico, a produção de laudos divergentes por parte desses profissionais e a produção de laudo parcial, em que somente uma parte é ouvida. “Os recursos técnicos, o discernimento e o tipo de instrumentos de como esses documentos eram feitos nos chamaram a atenção”, conta a conselheira da Comissão de Ética do CRP SP e membro do GT, Maria Cristina Pellini.

Essa parábola ascendente indicou à Comissão de Ética do CRP SP a promover dois encontros com os psicólogos para tratar da matéria: o I e o II Encontro com Psicólogos, Peritos e Assistentes Técnicos. A partir dessas reuniões que foi levantada pela categoria a necessidade de ser cria-

do o grupo de trabalho “Psicólogo Judiciário nas questões de família” a fim de abordar as dificuldades que eles enfrentam no seu exercício profissional e encontrar formas de orientá-los para que suas intervenções estejam dentro dos preceitos éticos da categoria.

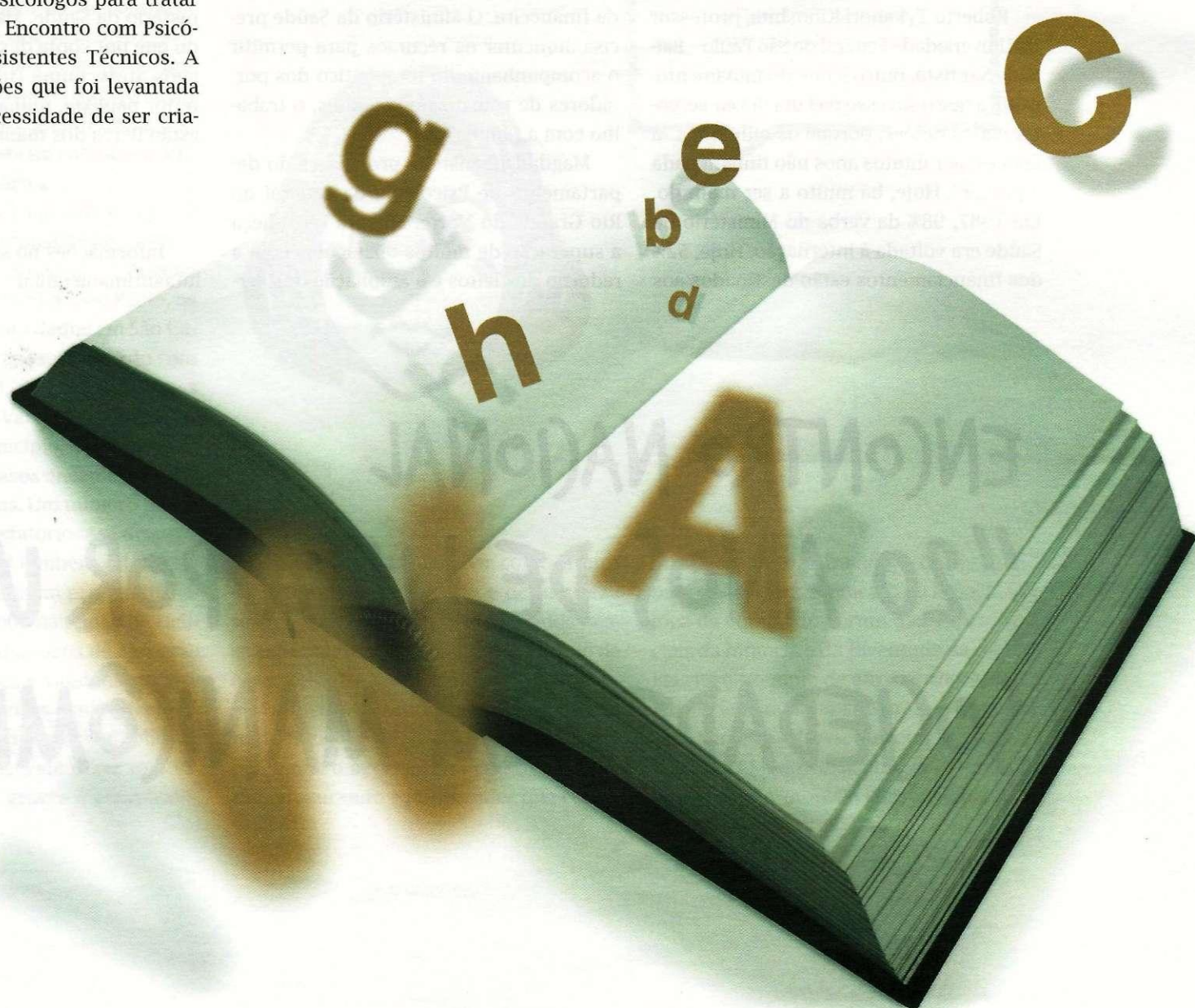
“O que havíamos observado como questões que surgiam nas representações encaminhadas ao CRP SP também foram indicadas pelos profissionais como aspectos do exercício profissional que careciam de referências mais claras”, conta a conselheira da Comissão de Ética do CRP SP e membro do GT, Patrícia Garcia de Souza. Três principais pontos foram destacados nos encontros com a categoria e mereceram atenção especial nos debates: formação, produção de documentos escritos e relação entre perito e assistente técnico.

Maria Cristina Pellini revela que, ao abrir espaço para discussões relacionadas ao assunto com um grupo formado por profissionais da área e o CRP SP, permitiu-se um aperfeiçoamento nas relações entre a Psicologia e a Justiça. O GT, composto por profissionais pertencentes a entidades e grupos organizados representativos da área, focou a discussão das dificuldades apresentadas pelos profissionais no que dizia respeito à interface entre o trabalho do perito e do assistente téc-

nico, suas implicações do ponto de vista da ética profissional e os limites na relação com o Direito, buscando construir diretrizes para esse trabalho. “É importante partir do princípio que os profissionais tenham clareza e segurança do papel e da limitação no Judiciário, além de manter a imparcialidade na avaliação do processo – o psicólogo não pode ter vínculo ou parentesco com alguma das partes envolvidas”, explicou a psicóloga Giselle Câmara Groeninga, membro do GT, durante o “II Encontro com Psicólogos, Peritos e Assistentes Técnicos”.

Nas discussões feitas pelo grupo de trabalho, foi abordado que não há nada legislado, nacional e internacionalmente em relação à definição de referências sobre como deve se estabelecer o trabalho entre o perito e o assistente técnico, sendo esse processo de construção de diretrizes efetivamente uma inovação. Algumas diretrizes foram construídas como produto das discussões feitas por este grupo em quase um ano de trabalho (no site www.crp.org.br é possível ter acesso às atas das reuniões do GT).

Um aspecto importante diz respeito ao princípio que deve nortear a relação entre o assistente técnico e o perito: colaboração, realizando um trabalho pautado na ética e no conhecimento técnico de



a M

E

b

f

cada profissional, o que não significa que eles tenham de concordar em suas conclusões. Na prática, o assistente técnico pode ter condições de trazer material que o perito não tinha conhecimento. Ou, ainda, pode contribuir com uma interpretação que some àquela do perito criando uma dinâmica de colaboração. É fundamental também que os profissionais façam reuniões e discutam seus métodos de trabalho e suas conclusões, conforme documento da recomendação enviado ao Tribunal de Justiça.

Sobre a presença do assistente técnico no momento da realização de avaliação psicológica pelo perito, cabe ao primeiro explicitar sua solicitação ao perito, sendo função do psicólogo perito levar em conta as variáveis que integram uma avaliação psicológica e que os dois profissionais saibam que têm de zelar pela preservação das condições inerentes à avaliação psicológica. Além disso, faz-se fundamental considerar a ciência e a concordância das partes acerca da participação do assistente técnico no momento das entrevistas de avaliação do perito. Patrícia ressalta a importância de o assistente técnico não poder ser amigo nem tampouco familiar dos envolvidos.

Tais referências serão discutidas junto aos psicólogos, mas torna-se fundamental também buscar vias de debate junto aos profissionais do Direito e demais que vêm seu exercício profissional vinculado às questões de família no âmbito do Poder Judiciário. ●

Processos Éticos

Laudo psicológico para obtenção do porte de arma de fogo

O CRP SP recebeu de órgão público solicitação para verificar a avaliação psicológica para obtenção do porte de arma de fogo, produzido por psicólogo credenciado. Alegou que ele indicava como 'aptos' em seus laudos, porém com conteúdos descritivos desfavoráveis aos candidatos e contraditórios com o referido resultado, acarretando o indeferimento dos laudos pelo poder público competente.

Ao ser questionado sobre a avaliação, o psicólogo concordou ser esta muito resumida e que poderia causar dúvidas quanto à leitura dos resultados por pessoas leigas. Admitiu ainda que o laudo final não estava coerente com toda a análise da avaliação realizada e que a partir desses episódios, passou a explicar melhor e os problemas foram sanados.

Tais condutas remeteram a Plenária do CRP SP a considerar ter havido infração ao seguinte dispositivo do Código de Ética Profissional *:

Art. 1º - São deveres fundamentais do Psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional. Considerou-se ter havido um comprometimento da qualidade do laudo, mesmo tendo ocorridas reconsiderações posteriores.

Na elaboração do laudo psicológico é fundamental que seja utilizada uma redação bem estruturada e definida. A linguagem deve ser clara e objetiva, possibilitar a compreensão de quem a lê e considerar a quem o documento será destinado. Deve-se levar em conta ainda as implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos documentos escritos a partir das avaliações psicológicas.

Nesse sentido, destacamos a importância da Resolução CFP 007/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo. Ela apresenta princípios éticos e técnicos, modalidades (declaração, atestado, relatório/laudo e parecer) e normas quanto à validade e guarda de documentos decorrentes de avaliação psicológica.

A citada resolução deve ser observada nas mais diversas áreas de atuação da Psicologia (porte de arma, CNH, clínica etc.) e pode ser localizada no site www.crp.org.br - item 'legislação'.

* Resolução CFP Nº 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigo da Resolução CFP Nº 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionado ao tema exposto: Art.1º, "c").

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br - item "legislação".

Penalização Ética

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão protocolada no Processo Ético CRP/SP nº 09/04, faz divulgar a pena de CENSURA PÚBLICA à psicóloga por:

Ter realizado processo de avaliação psicológica e emitido documento tendencioso, desrespeitando a isenção necessária para a realização do trabalho em questão.

- Ter apresentado conclusões sobre pessoa não avaliada, produzindo documento sem embasamento na ciência psicológica.
- Ter negado ao responsável o direito de acompanhar o tratamento da criança, além de não lhe fornecer nenhuma informação a respeito.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): artigo 1º alínea "c"; artigo 2º alínea "m"; Art. 19º.

*Resolução CFP Nº 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

Especialização Profissional em Acupuntura

Atende a todas as exigências de qualidade da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura – SOBRAPA que em convênio com o Conselho Federal de Psicologia certifica a especialização em acupuntura do profissional psicólogo. Carga horária total de 1200h/a.

Objetivo: Inserir o profissional no sistema integrado de teoria, princípios e técnicas da Medicina Tradicional Chinesa, especificamente a Acupuntura, sua aplicação no tratamento e prevenção de desequilíbrios. Curso com 144 horas de estágio supervisionado (supervisor psicólogo especializado em acupuntura).



espaço consciência

Inscrições abertas
Vagas limitadas
Início: Fevereiro
de 2008

Mais informações: Instituto de Psicologia e Acupuntura Espaço Consciência
(CRPSP PJ 2557 CNPJ 05.194.742/0001-19)
Telefone: 11 6604 3367 ou 3571 9502; Rua: Cuiabá, 229 – Mooca - São Paulo – SP
Site: www.psicologiaeacupuntura.com.br

HC HOSPITAL CLÍNICAS FMUSP **ESPECIALIZAÇÃO** Instituto Central HC-FMUSP

A Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da FMUSP através do seu Centro de Estudos em Psicologia da Saúde (CEPSIC), iniciará em **Março de 2008**, novas turmas dos Cursos de

- ♦ Extensão (120h)
Destinado a psicólogos, estudantes de psicologia
- ♦ Especialização (500h)
Destinados a psicólogos

Nas áreas de

- ♦ Psicologia Hospitalar
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- ♦ Neuropsicologia
Credenciado pelo CFP - título de especialista
- ♦ Transtornos alimentares e obesidade
- ♦ Psicologia do Envelhecimento

Frequência
mensal ♦ sextas-feiras das 14 às 21h e sábados das 8 às 18h
Inscrições até 14/02/2008

Informações: Telefones 11 3069 6459 e 3069 6188
Fax 11 3064.5843.
e-mail dipich@hcnnet.usp.br
site www.cepsic.org.br

Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em
Psicologia 2008

- Psicologia Analítica
- Educação e Saúde Sexuais
- Psicologia Jurídica
- Psiquiatria e Dependência Química
- Psicologia Hospitalar

Ministramos Cursos em todo o território nacional!

Informações/Inscrições
(11) 5535.8474
www.unisaopaulo.com.br
contatos@unisaopaulo.com.br

Universidades In Company

UniSãoPaulo
universidades in company
EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO
1992

Somos referência em qualidade de ensino! Entre em contato conosco teremos muito prazer em atendê-lo.

CADE centro de atividades, desenvolvimento e estudos

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

- Atualização em Psicopatologia, em especial a Psicossomática
- Psicologia nas Organizações, Processos de Trabalho e Gestão

R. Benedito Silva Ramos, 431 – Esplanada – www.cadepsi.com.br - especializacao@cadepsi.com.br

2ª. turma - 2008
Maiores informações,
ligue: (12) 3921.8680

30 ANOS SEDES SAPIENTIAE

Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento 2008

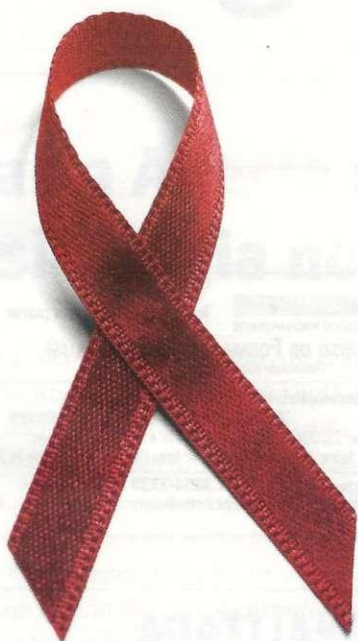
Áreas de Psicologia Saúde e Educação

Informações e Inscrições
Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1484
Perdizes/SP
Tel: 3866-2730/31/32/33/34
[Http://www.sedes.org.br](http://www.sedes.org.br)
E-mail: sedes@sedes.org.br

DESTINADO A:
psicólogos,
médicos,
psiquiatras,
fisioterapeutas,
terapeutas ocupacionais,
assistentes sociais,
professores e
outros profissionais.

CURSOS NAS ÁREAS DE:
Adolescência, Arte Terapia,
Arte do Movimento, Família,
Cinesiologia, Gerontologia,
Gestalt Terapia, Jornada de Teatro,
Jung, Orientação Profissional,
Psicanálise, Psicanálise da Criança,
Psicodinâmica, Psicodrama,
Psicologia do Esporte, Psicologia
Jurídica, Psicologia Social das
Organizações, Psicopatologia,
Psicopedagogia, Psicossomática,
Psicoterapia Breve, Reich,
Relação Pais-Bebê, Teoria de Lacan,
Winnicott e Violência Doméstica.

A primeira licença compulsória de medicamento para HIV/AIDS no Brasil



No dia 4 de maio de 2007, o governo brasileiro emitiu a licença compulsória do medicamento Efavirenz, cuja patente pertence ao laboratório Merck Sharp & Dohme. De acordo com o programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, o anti-retroviral Efavirenz é o medicamento importado mais utilizado no tratamento da AIDS. Atualmente, 38% das pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil utilizam o remédio nos seus esquemas terapêuticos. Estima-se que até o final deste ano, 75 mil das 200 mil pessoas em tratamento farão uso daquele medicamento¹.

O programa informa ainda que “com os valores praticados pelo laboratório para o país, o custo por paciente/ano equivale a US\$ 580, o que representaria um orçamento anual de US\$ 42,9 milhões para 2007. Os preços do produto genérico variam de US\$ 163,22 a US\$ 166,36 o custo por paciente/ano. A partir desses valores, com o licenciamento compulsório, a redução de gastos em 2007 será em torno de US\$ 30 milhões. A estimativa de economia até 2012, data em que a patente Efavirenz expira, é de US\$ 236,8 milhões”.

Em nota conjunta, os Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores anunciando o início do licenciamento compulsório. Afirmaram que este seria feito “com vistas a assegurar a viabilidade do Programa Nacional DST-Aids”² e respeitando a normativa nacional e internacional aplicável.

A emissão da licença compulsória foi questionada por vários setores da sociedade. Alguns dos argumentos utilizados são: a possibilidade de desestímulo à pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos medicamentos e também a emissão da licença compulsória “em nome” do interesse público, que para alguns setores não se justifica. Tais argumentos, no entanto, são baseados numa avaliação isolada e

reducionista da medida tomada pelo Executivo brasileiro. Torna-se urgente refletirmos a respeito dos princípios constitucionais que regem tanto o direito de propriedade industrial como o direito à saúde no país e avaliarmos a pertinência dessas afirmativas a partir de uma análise legislativa mais ampla e resgatando importantes fatos anteriores que culminaram com a emissão da licença.

A Constituição Federal prevê em seu artigo 5º a proteção da propriedade industrial tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Portanto, estabeleceu a Constituição a possibilidade de concessão de patentes e respeito à apropriação privada da tecnologia e do conhecimento desde que contemplados os interesses fundamentais do país. A patente é um título de privilégio legal que caracteriza uma exceção aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, que, como tal, deve ser moderado e legitimado pelas suas vantagens para a sociedade como um todo, ao contrário de priorizar a apropriação tecnológica privada em si.

A partir do entendimento de que as patentes devem visar o desenvolvimento do país e não a sua dependência tecnológica cabe aqui resgatar a história da patente brasileira do medicamento Efavirenz, ora licenciado compulsoriamente. O primeiro pedido de patente feito para o Efavirenz no exterior foi em 1992, ou seja, muito antes de a legislação de patentes brasileira, em vigor a partir de 1997, reconhecer proteção patentária para o setor farmacêutico. Ocorre que na forma de um “brinde” para as empresas farmacêuticas transnacionais, o legislador brasileiro incluiu a possibilidade de obtenção das chamadas patentes *pipeline*, disposição temporária por meio da qual foram aceitos depósitos de patentes em campos tecnológicos não reconhecidos até então, como é o caso de medicamentos e alimentos, desde que houvesse comprovação de concessão da patente no país onde foi depositado o primeiro pedido.

O Efavirenz é uma patente *pipeline*. Isso significa dizer que essa patente não mais atendia ao requisito de novidade (pois a informação sobre a invenção já havia sido publicada no exterior cinco anos antes) e não foi levada em consideração a avaliação dos demais requisitos de patenteabilidade – atividade inventiva e aplicação industrial – em âmbito nacional.

O Efavirenz não foi o único medicamento essencial que foi patenteado no Brasil pelo mecanismo *pipeline*. Os anti-retrovirais (ARVs) Lopinavir/Ritonavir, Aba-

cavir, Nelfinavir e Amprenavir, todos fundamentais para uma resposta adequada à epidemia de HIV/AIDS também foram retirados do domínio público sem avaliação de sua pertinência aos interesses do país. Nesses casos, o desenvolvimento tecnológico e econômico do país foi infringido, já que se concederam patentes para medicamentos essenciais, que não puderam ser produzidos localmente, o que permitiria tanto o desenvolvimento do setor no país, como também permitiria a produção de versões genéricas mais baratas. Vale lembrar que foi mediante a produção local de oito ARVs, que o Brasil conseguiu implementar o acesso universal ao tratamento no âmbito do Programa Nacional de DST/AIDS no início da década de 1990.

Vale lembrar que a Constituição Federal arrola o direito à saúde como um dever do Estado e que esse direito deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas. Ao longo da década de 2000, ocorreram vários momentos em que o Ministério da Saúde encontrou ameaçada a sustentabilidade do programa de acesso a medicamentos, principalmente o Programa Nacional de HIV/AIDS em função do aumento do número de pacientes em tratamento com os medicamentos patenteados, inclusive pelo mecanismo do *pipeline* e dos preços abusivos praticados pelas empresas farmacêuticas transnacionais. O questionamento localizado e descontextualizado sobre o interesse público da licença compulsória do Efavirenz não expressa a complexidade da questão do patenteamento de medicamentos no Brasil e seu impacto na saúde pública do país.

A medida não pode ser olhada de forma isolada no momento presente, mas sim tendo em vista os equívocos cometidos no passado, materializados pela concessão de patentes *pipeline*, que não atenderam às cláusulas finalísticas constitucionais da propriedade industrial. Além disso, nunca é demais lembrar a pertinência legal da medida, que está expressamente inserida na legislação nacional e internacional que rege a matéria. ●

Renata Reis

Advogada, Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e assessora de projetos da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA.

Gabriela Chaves

Farmacêutica, membro do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e assessora de projetos da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA.

¹ Ministério da Saúde, Programa DST/AIDS, “Brasil decreta licenciamento compulsório do Efavirenz”, 13/05/2007, disponível em <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISE77B47C8ITEMIDA5D44CBB54934EEE912E15DA572BA68CPTBRIE.htm>

² Ministério das Relações Exteriores, Nota nº. 193 do 25 de abril de 2007, disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=4358

visite o site:

www.crpssp.org.br

IPPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.489.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
DAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

instituto TCR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
TURMA 2008
TERAPIA COMPORTAMENTAL
TERAPIA POR CONTINGÊNCIAS
DE REFORÇAMENTO

Coordenador: Prof. Hélio José Guilhardi
Campinas - SP
Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia
www.terapiaporcontingencias.com.br

Inscrições Abertas

CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas para:
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich (CRP06/7745)
Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Início: 26/03/2008 e 1º/04/2008 • Duração: 3 anos
Horários: 3ª feira: 19h30 às 22h30 - 4ª feira 09h às 12h ou 18h às 21h

Informações pelos telefones: **11 3864-2330 / 3865-0017** ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOTERAPIA BREVE OPERACIONALIZADA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – UNIP

COORDENADOR PROF. RYAD SIMON

OBJETIVO DO CURSO: AJUDAR O PACIENTE A ENCONTRAR SOLUÇÕES ADEQUADAS PARA SITUAÇÕES-PROBLEMA ATUAIS; SUPERAR CRISES ADAPTATIVAS EVITANDO REGRESSÃO E PROMOVENDO CRESCIMENTO.

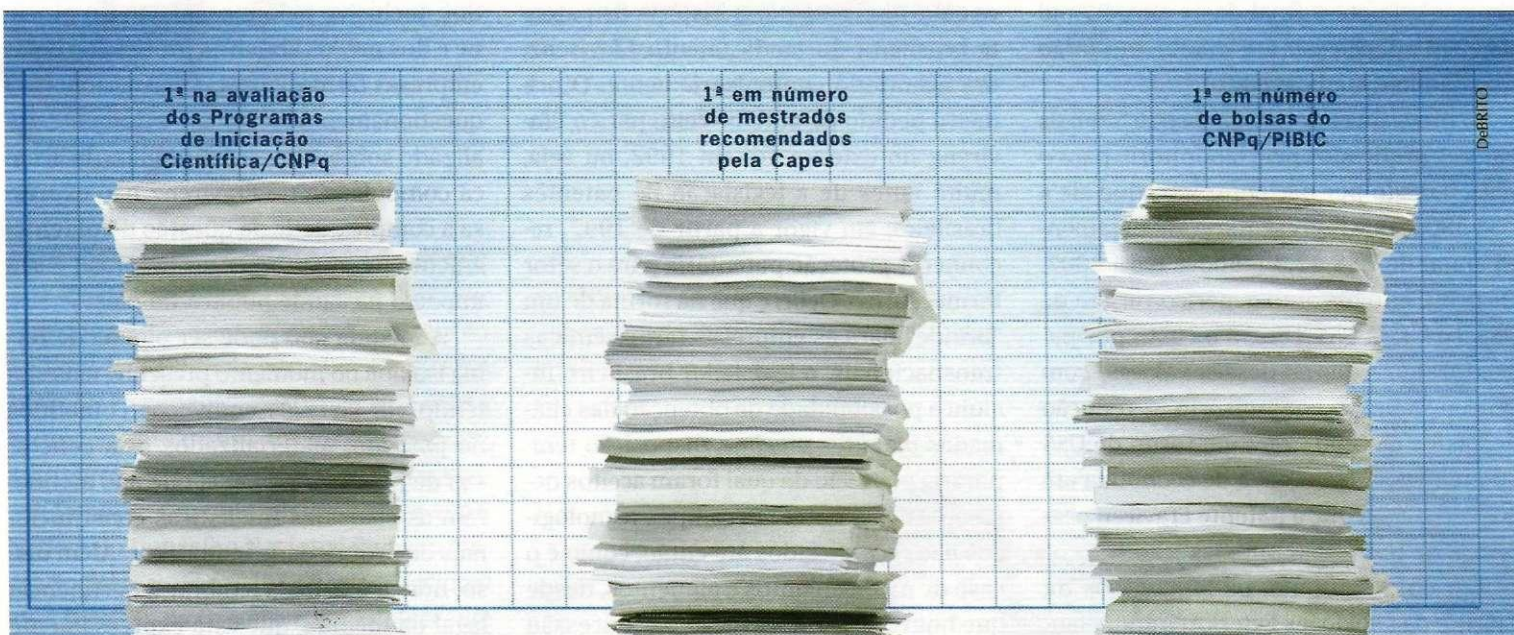
O ENSINO PROCURA ARTICULAR TEORIA E PRÁTICA CLÍNICA ATRAVÉS DE DISCUSSÃO DO DIAGNÓSTICO ADAPTATIVO (EDAO) E SUPERVISÃO DO ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO DE PACIENTES.

INÍCIO: FEVEREIRO/2007- DURAÇÃO: 1 ANO (Aulas em sábados alternados, das 08:00 às 17:00 horas)

LOCAIS: CAMPI DA UNIP EM SÃO PAULO (Paraíso) SANTOS E SOROCABA

INFORMAÇÕES: S. Paulo: Fones (11) 3666-1296, (11) 9177-0182, Santos: (13) 3237-7307 e Sorocaba (15) 9782-4252

e-mails: ryad@usp.br; kayamato@terra.com.br; elidefelice@zipmail.com.br; prof.helioalves@gmail.com; geraldaviana@superig.com.br; suelirossinipico@yahoo.com.br; cpasantos@unip.br; psicoge@ig.com.br;



Os números mostram a diferença de fazer pós-graduação em Psicologia numa universidade reconhecida pelas pesquisas científicas que produz.

Conheça todos os destaques em www.melhoruniversidade.com.br

0800 770 6789 • www.unicsul.br/pos

Os indicadores referem-se às universidades particulares da Grande São Paulo. Universidades comunitárias/confessionais não se enquadram nessa categoria.

Stricto sensu

- Mestrado em Ciências da Saúde (NS/CAPEs 412_15/2006 – 13/07/2006)
Área de Concentração:
• Ciências da Saúde



Lato sensu

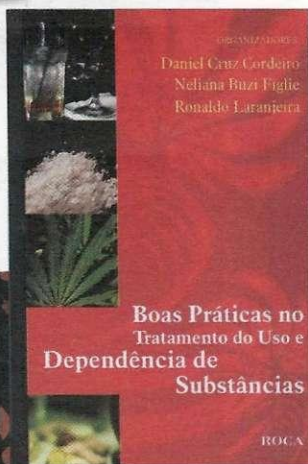
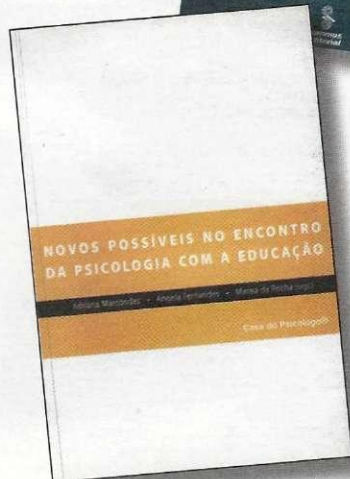
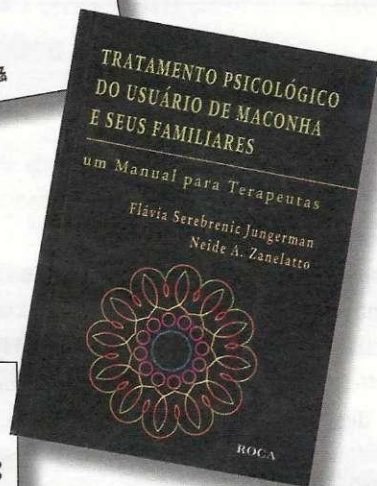
- Psicologia Hospitalar
- Psicopatologia
- Psicopedagogia
- Procedimentos Pré e Pós-operatórios

Extensão

- Capacitação para psicólogo responsável pela avaliação psicológica e para psicólogo perito examinador do trânsito

Psicologia

UNICSUL
universidade cruzeiro do sul
A diferença de aprender na prática.



Reforma Psiquiátrica Brasileira – Rui Carlos Stockinger

O livro retrata o quadro histórico e atual da saúde no mundo, principalmente os aspectos que envolvem a saúde mental. A obra possui uma orientação didática para leigos e profissionais, além de estudantes das áreas de ciências humanas, sociais e biomédicas. Editora Vozes, telefone (24) 2233-9000, 2007, 128 págs, R\$ 19,00.

Fenomenologia e Gestalt-terapia – Marcos Müller-Granzotto e Rosane Müller-Granzotto

Apoiados em estudo sobre a gênese e o emprego fenomenológico da noção de Gestalt, os autores dissertam sobre a construção da teoria Gestalt-terapia simultaneamente como disciplina fenomenológica e como uma das formas de intervenção clínica da atualidade: a teoria do *self*. Estabelecer a gênese das principais noções que constituem o núcleo teórico da gestalt-terapia, bem como compreender, à luz desse mesmo núcleo, os ajustamentos neuróticos e as formas de diagnóstico e intervenção praticados pelos gestalt-terapeutas são os principais propósitos da obra. Editora Summus Editorial, telefone (11) 3865-9890, 2007, 368 págs, R\$ 59,90.

Futebol Libertário – Fábio Silvestre – Coleção Psicologia do Esporte dirigida por Kátia Rubio

O livro apresenta o relato de um projeto piloto que procurou trabalhar o uso do potencial educativo da prática esportiva, especificamente o futebol, na educação não formal como meio para a construção e o exercício da cidadania ativa através do atendimento alternativo direto para adolescentes em conflito com a lei inseridos nas medidas socioeducativas em meio aberto. Sem descartar o papel do Estado, a obra enfatiza a necessidade de uma cultura de participação da sociedade civil na busca de soluções para os problemas da coletividade. Editora Casa do Psicólogo, telefone (11) 3034-3600, 2007, 141 págs, R\$ 23,00.

Boas Práticas no Tratamento do Uso e Dependência de Substâncias – Daniel Cruz Cordeiro, Neliana Buzi Figlie e Ronaldo Laranjeira

Um livro para ajudar os profissionais a aprimorar as habilidades diagnósticas e clínicas dentro do universo do tratamento do consumo de álcool, maconha e cocaína. Uma forma de viabilizar as lições tiradas da experiência teórica e da prática de seus autores. A obra traz desde avaliação clínica, tratamento e conduta farmacológica, psiquiátrica e psicológica, com apresentação de casos clínicos e abordagens psicossociais. Editora Roca, telefone (11) 3331-4478, págs. 234, 2007, R\$ 90,00.

Tratamento Psicológico do Usuário de Maconha e seus Familiares: um Manual para Terapeutas – Flávia Serebrenic Jungerman e Neide A. Zanelatto

A obra é fundamentada nos mais recentes conhecimentos científicos sobre as consequências do abuso e nas experiências pessoais das autoras na aplicação de modelos de tratamento. Aborda conceitos atualizados sobre entrevista motivacional, modelos de prevenção da recaída e de treinamento de habilidades sociais, terapia cognitivo-comportamental e dependência de substâncias psicoativas, além de dados importantes a respeito da maconha, seus efeitos, mitos e verdades. Editora Roca, telefone (11) 3331-4478, págs. 377, 2007, R\$ 90,00.

Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional – José Augusto Bisneto

Este livro é capaz de trazer subsídios para se pensar a dificuldade da prática do assistente social no campo da saúde mental, pela análise dos fatores constitutivos do processo de trabalho: as políticas setoriais na área, a realidade social dos usuários (enquanto classe), a quantidade de recursos alocados nos diferentes estabelecimentos e programas, os objetivos e demandas dos empregadores e as relações de poder institucional. Editora Cortez, telefone (11) 3864-0111, págs. 222, 2007, R\$ 31,00.

Novos Possíveis no Encontro da Psicologia com a Educação – Adriana Marcondes, Ângela Fernandes e Marisa da Rocha (orgs.)

Este livro surge entre encontros de diferentes pesquisadores e destes com o trabalho ligado à Psicologia e à Educação na luta por agenciar dispositivos que funcionem a favor de mudanças na produção de subjetividade. Os textos presentes revelam caminhos onde o encontro pode se transformar em acontecimento que privilegia o movimento e a transformação dos modos hegemônicos de existência. Casa do Psicólogo, telefone (11) 3034-3600, págs. 226, 2007, R\$ 35,00.

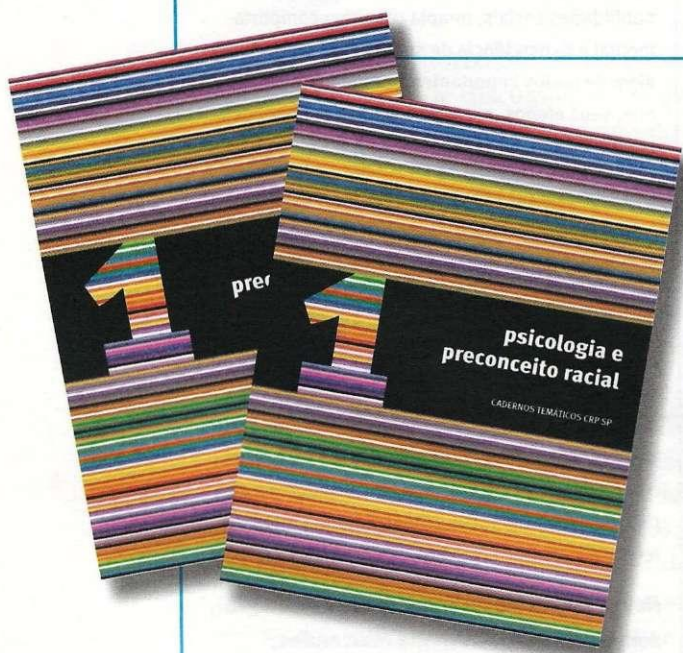
O Ser Interior na Psicanálise – Walter Trinca

É uma noção fenomenológica introduzida na Psicanálise para expressar a realidade primária relativa ao ser essencial da pessoa. Distingui-se do *self*, que é uma forma de organização globalizante, apresentando-se como um campo de forças em estado de conflito. O contato da pessoa com seu próprio ser constitui uma função primordial. Maior ou menor contato determinam graus de sanidade, como também de perturbação psíquica. Nas perturbações psíquicas o paciente tende a “escolher” entre a fragilidade ou a sensorialidade, sob o distanciamento de contato. Como os graus do distanciamento permanecem iguais, seja numa ou noutra modalidade de “escolha”, é possível organizar a compreensão das perturbações psíquicas em conformidade com um eixo de contínuo de contato. Daqui se pode elaborar uma escala unificada de perturbações psíquicas, decorrente da fragilidade do *self* ou do emprego da sensorialidade. Além disso, o eixo do contínuo contato permite compreender os processos de abertura à experiência emocional, em que o contato com o ser interior se amplia em graus, determinando diferentes formas de expansão da consciência. Vetor Editora, telefone (11) 3146-0333, págs. 378, R\$ 55,00.

VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente debate investimentos na área

Aconteceu de 3 a 6 de dezembro, em Brasília, a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O CRP SP foi representado no evento por dois psicólogos. O tema foi "Concretizar direitos humanos de crianças e adolescentes: investimento obrigatório. O objetivo do evento foi deliberar sobre a política nacional de defesa e garantia de direito da criança e do adolescente. Outro ponto é fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente.

Acesse o site: www.mj.gov.br/sedh/ct/comanda/conferencia/index1.html

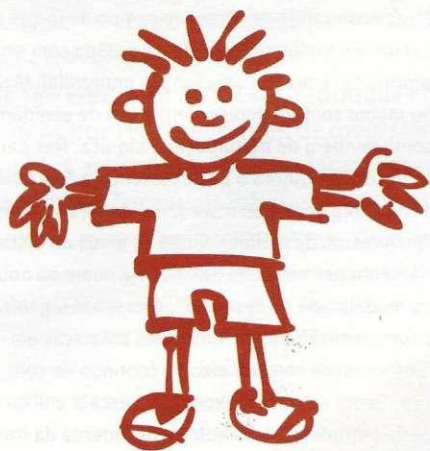


Subsede do Vale do Paraíba lançou caderno temático "Psicologia e Preconceito Racial"

No Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, a subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte lançou, no SESC de Taubaté, o caderno temático "Psicologia e Preconceito Racial". A obra foi elaborada pelo CRP SP com a colaboração de Deise Benedito, presidente da ONG Fala Preta. Deise, que também é membro do Fórum Nacional de Direitos Humanos, participou do lançamento e fez uma construção histórica do preconceito, desde seu berço até os dias de hoje. Em seguida, aconteceu o espetáculo do grupo de maracatu "Navio Negroiro".

CRPS SP adere à mobilização para que a ONU participe do Monitoramento da Violência contra Crianças

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região assinou petição à Organização das Nações Unidas que solicita a designação de um relator especial temporário para Monitoramento da Violência Mundial contra Crianças. O Conselho considera a causa de relevante importância. A adesão pode ser feita pelo site <http://crin.org/violence/petitions/petition.asp?petID=1004#sign>.



Lei Estadual dá acessibilidade às crianças com deficiências físicas

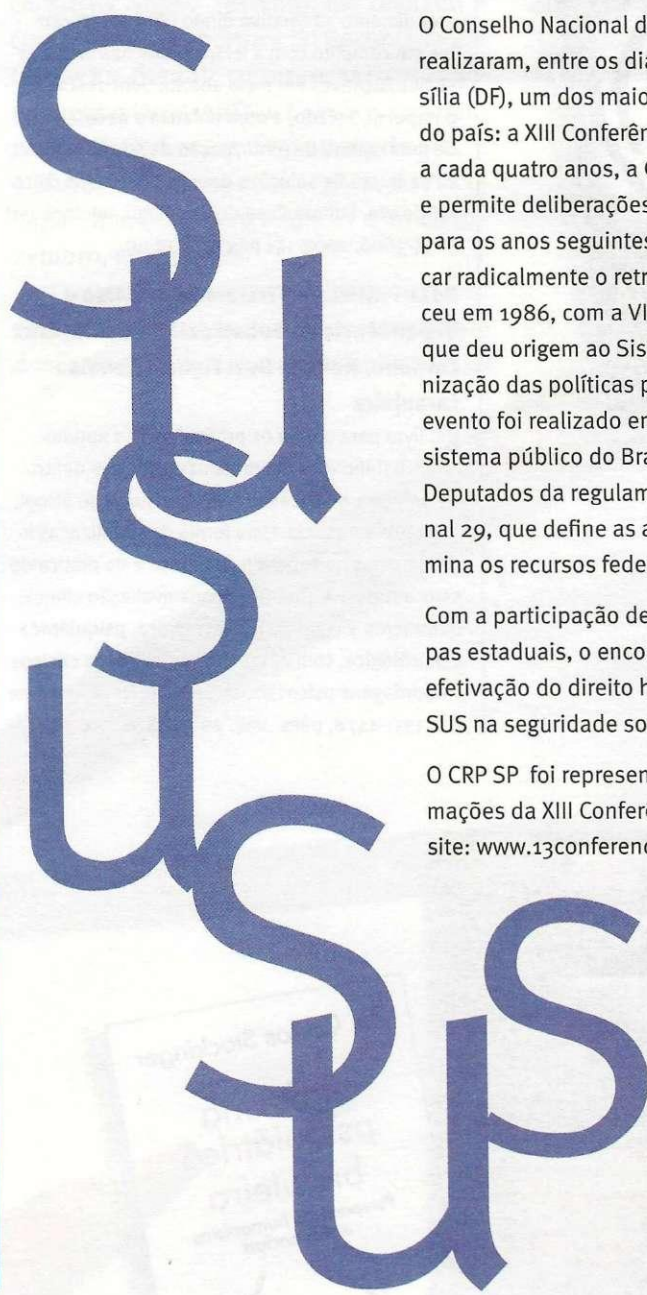
Entrou em vigor, em 9 de outubro, a Lei Estadual nº 12.723 que trata da acessibilidade e adaptação às crianças com deficiência física que fazem uso de cadeira de rodas ("cadeirantes"), dos brinquedos em parques e praças. A lei tem o propósito de ajudar a integração social de todas as crianças.

XIII Conferência Nacional de Saúde

O Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde realizaram, entre os dias 14 e 18 de novembro, em Brasília (DF), um dos maiores encontros do setor de saúde do país: a XIII Conferência Nacional de Saúde. Realizada a cada quatro anos, a Conferência promove discussões e permite deliberações de políticas públicas de saúde para os anos seguintes. As deliberações podem modificar radicalmente o retrato social do país, como aconteceu em 1986, com a VIII Conferência Nacional de Saúde, que deu origem ao Sistema Único de Saúde e à modernização das políticas públicas para o setor. Neste ano, o evento foi realizado em um momento importante para o sistema público do Brasil: a aprovação pela Câmara dos Deputados da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que define as ações e serviços de saúde e determina os recursos federais anuais para o SUS.

Com a participação de 3.068 delegados eleitos nas etapas estaduais, o encontro discutiu os desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI, o SUS na seguridade social e o pacto pela saúde.

O CRP SP foi representado por quatro delegados. Informações da XIII Conferência Nacional de Saúde estão no site: www.13conferencia.saude.gov.br



Encontro debateu democracia e subjetividade

Nos dias 22 e 23 de novembro, foi realizado o seminário “Democracia e subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos”, em Belo Horizonte (MG). O evento trouxe um novo desafio à Psicologia: a possibilidade da democratização da sociedade e das relações entre os cidadãos. Os temas discutidos foram o avesso da democracia na produção da subcidadania, subjetividade e exclusão social, subjetividade e democracia, democracia e família, democracia e instituições políticas, democracia e escola, democracia no mundo do trabalho, democracia e relações comunitárias. O CRP SP também foi representado no encontro.

VIII Encontro das Comissões de Direitos Humanos nos Conselhos de Psicologia solta “Carta aberta” contra PLC conhecido como “Depoimento sem dano”

O VIII Encontro das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, realizado em Brasília, do dia 8 a 10 de dezembro, foi ocasião para que as ações desenvolvidas por essas comissões em seus 10 anos de criação passassem por um balanço, um marco na militância da Psicologia. Os integrantes das Comissões de Direitos Humanos dos 17 Conselhos Regionais e da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia manifestaram também sua preocupação com o PLC 035/2007, conhecida como “Depoimento sem dano”, que trata da prática de inquirir crianças e adolescentes em processos judiciais. Foi lançada uma “Carta aberta” que sugere que a matéria não seja votada enquanto não forem realizadas audiências públicas de modo a garantir que a sociedade, por meio de seus diversos segmentos, possa conhecer seu teor, suas implicações e consequências, bem como contribuir de maneira democrática e participativa no debate deste PLC. A Comissão de Direitos Humanos do CRP 06 esteve presente.



O XIV Encontro Nacional da ABRAPSO

O XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social -, que aconteceu de 31 de outubro a 3 de novembro na UERJ, Rio de Janeiro, discutiu o tema “Diálogos em Psicologia Social”. A ênfase do encontro foi a realidade brasileira e latino-americana. O site da ABRAPSO é: www.abrapso.org.br



CREPOP encerra a pesquisa on-line sobre a atuação profissional nos Centros de Atenção Psicossocial

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas encerrou a pesquisa sobre a atuação profissional nos CAPS. A pesquisa esteve disponível de 4 de setembro a 4 de novembro e contou com a participação de mais de 380 psicólogos/as. Em breve, os resultados serão disponibilizados no site. O site é www.crepop.pol.org.br

A Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia

Desde agosto, a sede do CRP SP dispõe da Estação Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (BVS-Psi). Trata-se de uma importante iniciativa realizada em parceria com o Ministério da Saúde, a BI-REME, a BVS-Psi Brasil, o FENPB e o CFP. A Estação conta com uma estrutura física (computador com acesso à internet) e uma monitora capacitada especialmente para orientar o profissional a acessar todas as informações disponíveis nas bases de pesquisas. A Estação funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, na rua Arruda Alvim, 89, Jardim América, SP.

Visite a Estação e confira o que a BVS-Psi oferece para mantê-lo sempre atualizado.

Vale lembrar que o acesso ao site www.bvs-psi.org.br é livre e gratuito!

Acesse: www.bvs-psi.org.br.